

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 28 | Nº 273 | JULHO E AGOSTO DE 2023

### ENTREVISTA

O jornalista Cesar Calejon explica como o elitismo moldou as desigualdades sociais

### MOVIMENTO

De Evo Morales ao Pachakutik, o protagonismo de lideranças indígenas na América Latina

Foto: Igor Sperotto



## A CLT resiste aos ataques e às reformas

Alvo de setores patronais e sob pressão por alterações e até pela sua revogação, a CLT sobrevive e continua indispensável à proteção dos trabalhadores

## EDITORIAL

### À gênese das elites

Entrevistado desta edição, o jornalista Cesar Calejon se debruçou sobre os mecanismos culturais e históricos que explicam a gênese e o comportamento das elites brasileiras, como se reproduzem as estratégias de controle social e como essas elites atuam para perpetuar e ampliar suas posições e ganhos econômicos.

O resultado desta investigação é o livro *Estarrapados – Como o elitismo histórico-cultural moldou as desigualdades sociais no Brasil*, recém-lançado pela editora Civilização Brasileira. Para o autor, as raízes do elitismo histórico-cultural estão presentes nas sociedades humanas desde os tempos remotos, anteriores mesmo à Revolução Agrícola.

Ele explica como chegamos ao Brasil contemporâneo, em que as expressões do elitismo histórico-cultural, que são racismo, machismo, misoginia, LGBTQIA+fobia, capacitismo, viratismo, entre outros, se consolidaram como formas permanentes de dominação cultural. São essas expressões que alicerçam nossa tradição em segregar, excluir e estigmatizar as minorias, como fazem as ideologias brasileiras autoritárias, caso do bolsonarismo.

Graduado em Comunicação Social pela Universidade São Marcos (Unimarco), Calejon tem especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e é mestre em Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da Universidade de São Paulo (USP). É autor de livros que investigam a origem e a ascensão do bolsonarismo, sua relação com a pandemia e temas como negacionismo, *lawfare* e neofascismo no Brasil.

O elitismo histórico-cultural, afirma ele, “é uma força social que organiza os arranjos da sociedade com bases em categorias de distinção, de forma a criar uma gramática da desigualdade e uma hierarquia moral que rege os funcionamentos social, político e econômico da nação”.

**CAPA** – Na capa desta edição, a CLT completa 80 anos sob a mira do capital. Desde sua promulgação, atacada por setores patronais, a legislação trabalhista, mesmo com alterações e até propostas para sua revogação, sobrevive. Na opinião de especialistas, esse patrimônio continua sendo indispensável em uma realidade em que a precarização do trabalho e os ataques aos direitos rondam os trabalhadores.

**SAÚDE MENTAL** – Em Porto Alegre, são alarmantes a precarização da estrutura e dos serviços públicos de saúde mental, bem como o aumento dos indicadores de suicídio infantojuvenil nas periferias.

Confira também: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

Boa leitura!

#### 04 ENTREVISTA

O jornalista Cesar Calejon explica como o elitismo moldou as desigualdades sociais no Brasil

#### 07 WEISSHEIMER

A ideologia que vem desmontando o estado do RS peça por peça

#### 08 JUVENTUDE

Suicídio infantojuvenil preocupa profissionais da Saúde Mental em Porto Alegre

#### 10 EDUCAÇÃO

As professoras da educação infantil lutam por direitos, valorização e reconhecimento profissional

#### 12 POLÍTICA

De Evo Morales ao Pachakutik, o protagonismo das lideranças indígenas na América Latina

#### 14 ESPECIAL

Os 80 anos da promulgação da CLT e o esvaziamento dos direitos dos trabalhadores após as reformas

#### 17 ROLIM

A imaginação fora do poder

#### 18 ENSINO PRIVADO

Sinpro/RS conclui negociações coletivas dos professores do ensino privado

#### 22 MOVIMENTO

O impacto das redes no mercado das artes

#### 24 ARTE +

Coletânea de poemas marca os 90 anos de Armindo Trevisan



EXTRA  
CLASSE.ORG-BR

Redação: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Fernanda Simoneto, José Weis, Juan Ortiz, Marcelo Menna Barreto, Marcia Anitta, Sílvia Lisboa e Stela Pastore

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

Idosos

SANTIAGO

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 15 de junho, 10,5% da população brasileira tem 65 anos ou mais. Na última década, houve um aumento dessa proporção, porque, em 2012, o percentual era de 7,7%. O Brasil tinha 212,7 milhões de habitantes em 2021, de acordo com a prévia do Censo 2022.

Maus-tratos

A população adulta entre 30 e 64 anos também cresceu, ao passar de 42,4% em 2012 para 46,1%. Por outro lado, a proporção da população mais jovem diminuiu. Aqueles com 18 a 29 anos passaram de 20,9% para 18,7% dos habitantes, enquanto as pessoas com menos de 18 anos recuaram de 29% em 2012 para 24,6% em 2022. A persistir esse ritmo de envelhecimento da população brasileira, em 2050 o país – que trata muito mal os seus idosos – terá saltado de 24 milhões para 66 milhões de pessoas com mais de 60 anos.



Negligência, abandono e violência

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registrou o aumento de 855% nas denúncias de abandono de idosos no período de janeiro a maio deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Ministério no contexto do *Junho Violeta* – mês de conscientização e prevenção da violência contra a pessoa idosa. De janeiro a maio, o Disque 100 registrou aumento de 87% das violações de direitos humanos contra pessoas com 60 anos ou mais em comparação ao mesmo período do ano anterior. Foram quase 20 mil registros de abandono nos primeiros cinco meses deste ano, ante 2.092 casos de 2022.

Esse é o maior aumento registrado pelo Ministério entre as diversas formas de violência contra idosos no país, as quais incluem negligência, violência psicológica e violência física, todas com acréscimo do número de denúncias no período. As denúncias de negligência – quando o idoso deixa de receber da pessoa responsável os cuidados básicos, como higiene e saúde – totalizaram 37.441. A violência física cresceu 106%,

de 62.758 para 129.501 casos, e a violência psicológica teve 40% mais denúncias, aumentando de 85.932 em 2022 para 120.351 neste ano. Já as denúncias de violência financeira ou material somaram 15,2 mil casos de janeiro a maio deste ano. Isso representa uma alta de 73% na comparação com igual período de 2022, quando ocorreram 8.816 denúncias.

Alexandre da Silva, secretário nacional de Direitos da Pessoa Idosa, lembra que os idosos estão expostos à violência em qualquer lugar e que o agressor, muitas vezes, é alguém da família. As situações de violência podem ocorrer em casa, em instituições de longa permanência, no comércio, nas ruas. “Para cada situação, você tem profissionais que vão se deslocar o mais rápido possível para fazer o acolhimento”, destaca.

No Rio Grande do Sul, onde os idosos representam 14,3% da população, o número de denúncias de violências contra pessoas com mais de 60 anos aumentou cerca de 45% nos primeiros cinco meses de 2023, conforme o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

O estado registrou quase 3 mil casos e cerca de 23 mil violações entre janeiro e maio. Nos mesmos cinco meses de 2022, havia 1.789 denúncias e mais de 10 mil violações, já que cada caso pode conter mais de um tipo de violação. Esses indicadores, no entanto, podem estar defasados, uma vez que grande parte das vítimas não denuncia esse tipo de violência por medo.

A advogada e mestre em Ciências da Educação Patrícia Aparecida Trindade Vargas enfatiza que boa parte dos maus-tratos é cometida por membros da família da vítima, incluindo filhos e netos, com ca-

sos que vão desde agressão física e moral, abuso financeiro até estupro.

Coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anhanguera, a professora lembra que, frequentemente, a vítima tem receio de denunciar em função de o agressor ser um ente próximo. “A maioria das vítimas sofre violência física, psicológica e abandono por parte dos próprios familiares, sendo que, por conta da idade, é necessário que eles recebam todo o apoio para realizar algumas atividades do dia a dia, o qual nem sempre é prestado de forma adequada”, ressalta.



Lar dos Velinhos, casa de repouso do DF, durante o lançamento do Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa

# A hierarquia moral das desigualdades



Fotos: Marcelo Menna Barreto

por Marcelo Menna Barreto

**N**o seu novo livro, *Esfarrapados – Como o elitismo histórico-cultural moldou as desigualdades sociais no Brasil* (Civilização Brasileira, 2023, 308 p.), o jornalista Cesar Calejon se propõe a destrinchar os mecanismos culturais e históricos que explicam como se formaram as elites no Brasil, como elas atuam para dominar a sociedade e como conseguem manter sua posição de comando e ampliar seus ganhos econômicos exponencialmente. Graduado em Comunicação Social pela Universidade São Marcos (Unimarco), com especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da Universidade de São Paulo (USP), Calejon é autor dos livros *A Ascensão do Bolsonarismo no Brasil do século XXI* (Kotter) e *Tempestade Perfeita: o bolsonarismo e a sindemia covid-19 no Brasil* (Contracorrente); e *Sobre perdas e danos: negacionismo, lawfare e neofascismo no Brasil* (Kotter). Desta vez, ele mergulha no conceito da força social que cria uma “gramática da desigualdade” e, em última instância, uma hierarquia moral que rege o funcionamento sociopolítico e socioeconômico do país. “O elitismo histórico-cultural foi alavancado pela invasão europeia que subjugou as comunidades ameríndias e pela Revolução Industrial que criou uma riqueza mercadológica sem precedentes”, afirma nesta entrevista.

**Extra Classe – Por que *Esfarrapados*?**

**Cesar Calejon** – *Esfarrapados* vem de Paulo Freire, influência da minha mãe que é uma educadora freiriana, a principal pessoa que me estimulou a ler e a escrever ao longo da vida. O livro tem uma dedicatória ‘para os esfarrapados do mundo’ e para aqueles que, com os esfarrapados, se identificam, sofrem, mas, sobretudo, lutam. O título *Esfarrapados* vem dessa dimensão da produção freiriana que tem como característica fundamental produzir uma educação capaz de promover emancipação popular. Quando Paulo Freire utiliza o termo esfarrapados, fala de uma massa proletária que é desprovida de instrumentos para o seu próprio desenvolvimento e que fica à mercê do que, a meu ver, o elitismo histórico-cultural produz.

**EC – Por que bolsonaristas e olavistas colaram o termo “narrativas de esquerda” para barrar pautas de costumes e avanços identitários?**

**Calejon** – Esse é um exemplo ideal, considerando aquilo que eu chamo de narrativa e é por isso que essas duas coisas, ideologia e narrativa, podem se confundir. De muitas maneiras, a ideologia a qual eu me refiro vem sendo utilizada há séculos. Vou dar um exemplo muito claro. Há uma ideologia do capita-

lismo anglo-saxão que tenta te dizer que, primeiro, os nativos do Norte e, depois, todos os povos do Hemisfério Sul eram inferiores e, para o bem do seu próprio desenvolvimento, deveriam ser colonizados pelos europeus. Isso acontece até hoje! É uma ideologia generalizada que resulta em inúmeras narrativas. A partir deste ponto, surgem estas que o bolsonarismo utiliza com muita ênfase, porque percebe que, na nossa formação histórica e cultural, este tipo de coisa traz muita aderência.

**EC – Por quê?**

**Calejon** – Quando eles utilizam este tipo de narrativa que tem como matriz inicial essa ideologia mais ampla a que me refiro, sabem que é muito mais fácil, por exemplo, imputar a pecha de “ladroão” a Lula do que a Bolsonaro, a despeito de todas as provas que estão surgindo. Sabem que é muito mais fácil imputar a pecha de “ditador” a Maduro do que ao Donald Trump, a despeito deste ter dito abertamente que queria invadir a Venezuela para saquear o petróleo de lá. Então, essas narrativas são utilizadas com muita ênfase pela extrema direita neofascista nacional, porque a nossa organização histórica e cultural oferece o ensejo ideal para que assim seja feito.

**EC – Como você conceitualiza elitismo histórico-cultural?**

**Calejon** – A meu ver, o elitismo histórico-cultural é uma força social que organiza os arranjos da sociedade com bases em categorias de distinção, de forma a criar uma gramática da desigualdade e, em última instância, uma hierarquia moral que rege os funcionamentos social, político e econômico da nação. Algumas coisas aí são importantes, tanto no âmbito individual, ontogenético, vamos colocar assim, do indivíduo, quanto no nível coletivo. O desenvolvimento humano é histórico e cultural. Ele não é geneticamente, biologicamente determinado. Isso pode parecer óbvio, mas todo o substrato que anima a extrema direita não só no Brasil, mas no mundo, parte da premissa de que existem sujeitos mais fortes e mais fracos por natureza e que os fortes devem comandar o desenvolvimento da sociedade e os fracos devem se submeter a esse comando.

**EC – Como se dá a expressão disso?**

**Calejon** – A direita contemporânea não expressa isso de uma forma tão clara, mas essa premissa elementar está subentendida em toda a filosofia que organiza, por exemplo, o perenialismo, as ideias do Olavo de Carvalho, as ideias que permeiam a ascensão do bolsonarismo, os republicanos do Trump nos Estados Unidos, o Orbán, na Hungria, o (Andrzej) Duda, na Po-

lônia, e assim por diante. Quando a gente parte dessa premissa elementar de que o desenvolvimento humano, tanto no nível individual quanto no nível coletivo, é histórico-cultural, ganha um elemento para entender que a República Federativa do Brasil como está constituída hoje traz os legados históricos e culturais do que foram Brasil Colônia e Império. E, na medida em que se entende isso, passa-se a olhar para a nossa composição societária como algo inevitável, por exemplo: ‘Ah, o capitalismo é a única forma de organização societária possível’.

**EC – O que não é verdade.**

**Calejon** – Isso só não é verdade, como o que a gente tem hoje em termos de organização societária é fruto de uma sociedade escravocrata, de um modelo escravista. É fruto do advento do capital enquanto processo, a expropriação da classe trabalhadora, a formação de um proletariado que tem como única forma de subsistência a venda da sua força de trabalho para fazer a manutenção dessa própria força, no sentido de vendê-la no dia seguinte. Tem como base a invasão dos europeus nas Américas a partir do fim do século 15, quando a gente tem esse modelo sendo implementado pela primeira vez em escala transatlântica e global em alguma medida, se formos avaliar mais profundamente. É disso que

1 + 1 = ?

Às vezes, a solução para um problema é mais simples do que pensamos. Se for jurídico, pode contar com a gente.

Entre em contato: [51 2500.7014\\*](https://api.whatsapp.com/send?phone=5125007014)

Atendimento nas áreas trabalhista, previdenciária e cível. Escritório credenciado pelo SINPRO/RS.

\* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.

**CAINELLI**  
ADVOGADOS

## ENTREVISTA

eu falo nesse contexto de elitismo histórico-cultural, mas tem outras coisas que eu poderia salientar.

### EC – Por exemplo?

**Calejon** – Se você conversar com um antropólogo tradicionalista, ele tende a dividir a evolução humana entre antes e depois da revolução neolítica, porque ele entende que, a partir da revolução agrícola, os seres humanos começam a estabelecer as primeiras comunidades de formas mais fixas. Isso, por exemplo, é compreendido dessa maneira porque a forma que a gente entende a nossa vida foi determinada a partir do fim do século 15, quando, considerando os ímpetus coloniais europeus, se pegou o segundo tratado sobre o governo de John Locke, as comunidades indígenas americanas não tinham o direito à posse da terra porque não praticavam a agricultura de forma extensiva como os europeus. Isso foi utilizado pelas monarquias europeias como um ponto fundamental para convencer os iluministas que discutiam se era possível ou não invadir, usurpar e pilhar as comunidades americanas. Afinal, tratava-se de selvagens, bárbaros, que não tinham domínio sobre as próprias terras.

### EC – Como essa dimensão elitista foi assimilada?

**Calejon** – A partir desse ponto, a gente começa a olhar para toda composição do desenvolvimento humano sob a ótica europeia, que diz que existia um ponto de inflexão como a agricultura. Isso se aplica para, fundamentalmente, um mundo como a gente conhece inteiro, para todas as dimensões que a gente considera como democracia, a barbárie versus civilização. O que é ou o que não é razoável se traduz para essa dimensão da invasão europeia nas Américas. É o exemplo do Maduro e do Trump que citei antes. Um é visto como ditador e o outro não, porque, precisamente, existe essa dimensão elitista a partir de um prisma eurocentrista, sob o qual as nossas bases epistemológicas, inclusive, vêm sendo construídas e consolidadas.

### EC – Além de Locke, Thomas Hobbes também ajuda a consoli-

dar esse prisma eurocentrista...

**Calejon** – Sim! A partir desse ponto, se pegamos Thomas Hobbes, ele diz que, antes da colonização europeia, as comunidades americanas viviam em um estado de guerra de todos contra todos, no que ele chama de Estado da Natureza. Mas tem outra coisa interessante no livro. Pegando, por exemplo, o *Manifesto Comunista*, Engels e Marx diziam que a época em que eles estudavam era muito mais homogênea porque a ascensão da burguesia com a Revolução Francesa organizara uma espécie de luta de classes, que é a burguesia contra o proletariado. Só que o que eles não viveram, não chegaram a presenciar, foi o superdesenvolvimento das forças produtivas, que cria uma riqueza mercadológica sem precedentes.

### EC – Por falar em todos contra todos, como se dá a luta de classes na atualidade?

**Calejon** – Hoje, não tem mais simplesmente burguesia versus proletariado. Se tem o próprio proletariado brigando entre si. Um motoboy tem um tênis Nike e o outro quer ter um tênis Nike porque, com base no tênis que ele tem, é capaz ou não de paquerar uma pessoa da própria comunidade. Considerando que as relações sociais se organizam com base naquilo que é necessário para a produção da vida material, isso faz, em última análise, agudizar o elitismo histórico-cultural europeu que surge há 500 anos e que tem como premissa elementar fazer a manutenção dessa hegemonia do capitalismo anglo-saxão no mundo. E, ao longo do século 20, conforme essa dimensão mercadológica se agudiza, as relações sociais também se agudizam através desse elitismo histórico-cultural. Curiosamente, agora se tem uma guerra de todos contra todos que é muito mais parecida com a que Thomas Hobbes chamava de Estado da Natureza e que dizia: "A civilização europeia seria capaz de superar por meio da invasão das Américas".

### EC – Uma falácia, não?

**Calejon** – Basicamente, toda essa questão do iluminismo do século 18, o século das luzes, o ponto onde os seres humanos utilizam

O substrato que anima a extrema direita no Brasil e no mundo parte da falsa premissa de que os fortes comandam o desenvolvimento e os fracos devem se submeter a esse comando.

a arte da razão para organizar a sociedade, isso tudo é mais uma meia-verdade. Existe uma certa razão, mas é uma razão elitista que organiza os arranjos sociais com base em parâmetros de distinção. Mas, agora, não tem só a raça como parâmetro. Há questões socioeconômicas, questões fenotípicas, tem gordofobia, aparofobia, misoginia, machismo, etc e tal. Isso, em última análise, é o que o conceito de elitismo histórico-cultural sintetiza.

### EC – A extrema direita inventou o "marxismo cultural" para atacar as pautas da esquerda e que poderia contaminar o debate sobre elitismo histórico-cultural. Isso te preocupa?

**Calejon** – Não, porque o marxismo cultural é uma narrativa que não tem lastro histórico nem material. Se perguntar, por exemplo, para alguém de extrema direita quais dados empíricos e materiais tem para consubstanciar a tese dele, ele vai apresentar coisas absurdamente estapafúrdias. Como a história do aquecimento global. Ele vai incorrer com falácias que dizem que, enfim, seriam capazes de sustentar a tese que ele está propondo porque assim o quer. O modelo escravista sobre o qual eu me apoio não é uma invenção da extrema esquerda nacional. Todos os achados arqueológicos que exploro no *Estarrapados* não são invenções. O fato de que existia alguém que se chamava 'marcador de negros', responsável por marcar a ferro quente um escravo que chegava, não é uma invenção minha. O fato de que os europeus – com base no que John Locke escreveu – usurparam as comunidades americanas porque elas não praticavam a agricultura extensiva, não foi eu



Foto: Marcelo Meina Barreto

quem inventou. Então, existem dados materiais históricos e empíricos que dão legitimidade na defesa daquilo que estou propondo. Mas a provocação é muito boa porque se esse não fosse o caso, se o meu conceito não passasse pelo escrutínio de dados empíricos de como o Brasil se organizou histórica e culturalmente, de fato, eu não teria nada nas mãos. Teria mais uma narrativa vazia que não serve para nada, além de cooptar mentes incautas e que são intelectualmente frágeis.

### EC – Quais são as analogias possíveis entre bolsonarismo e o fascismo que irrompeu na Itália de Mussolini?

**Calejon** – A principal diferença que eu vejo entre Mussolini e Bolsonaro é o dogma religioso. Mussolini não era afeito à questão religiosa, e Bolsonaro é uma figura que, a despeito de não ser uma pessoa religiosa, também se vendeu como 'um líder messiânico, ungido por Deus para combater a esquerda demoníaca e a corrupção dos políticos malvados'. Todo o restante, claro, colocando em perspectiva as devidas peculiaridades da Itália do começo de 1930 e do Brasil de 2018, é absurdamente análogo. A questão de fuzilar os opositores, Bolsonaro disse "vamos fuzilar a petralhada"; a intolerância com a diversidade, a violência, a agressão, tudo, tudo absurdamente análogo ao que fez não só Mussolini, mas o nazifascismo na Alemanha, Franco, na Espanha, enfim, todos esses regimes autoritários, cada um com suas próprias características, mas com um caráter absurdamente violento e intolerante no cerne das suas próprias filosofias. Eu diria que o fascismo de Mussolini e o neofascismo de Bolsonaro são irmãos gêmeos.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# A ideologia que vem desmontando o estado do RS peça por peça

*Privatizações, desmonte de estruturas públicas, retirada de direitos dos servidores, enfraquecimento dos serviços, renegociações de dívida com a União que só agravam a crise financeira. Quanto mais essa cartilha é aplicada, mais o estado fica estagnado*

Foto: Karen Viscardi/Sintetis



“O número de servidores do Poder Executivo caiu 19,7% nos últimos seis anos, passando de 153 mil trabalhadores ativos em 2015 para 122,8 mil em 2021”

A aprovação na Assembleia Legislativa, no final de junho, do projeto de reestruturação do IPE Saúde, proposto pelo governo Eduardo Leite (PSDB), representa mais uma etapa da aplicação de uma ideologia que mergulhou o Rio Grande do Sul em uma situação de estagnação econômica e deterioração social.

O discurso que expressa essa ideologia é monotemático: privatizações, desmonte de estruturas públicas do estado, retirada de direitos dos servidores públicos, enfraquecimento dos serviços públicos, renegociações de dívida com a União que não só não resolvem a crise financeira, como também a agravam. Tudo isso feito em nome da suposta necessidade de sanear as finanças do RS. No entanto, objetivamente, quanto mais essa cartilha é aplicada, mais o estado fica estagnado.

O receituário privatista e de ataque permanente ao setor público começou a ser implementado de forma mais sistemática no governo de Antonio Britto (PMDB, na época), com a privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações.

A CRT, vale lembrar, foi privatizada em duas etapas: a primeira ocorreu em 1996, quando o estado vendeu 35% de suas ações, e a segunda, em 1998, quando o restante

das ações foi vendido. Ambas as etapas ocorreram no governo Britto. O vencedor dos dois leilões foi o consórcio formado pela Telefônica de Espanha e pelo Grupo RBS, principal propagandista ideológico dessa cartilha que, segundo incontáveis editoriais publicados no jornal *Zero Hora*, tiraria o estado da crise e o levaria a um período de prosperidade e empreendedorismo.

Além de vender a CRT e uma parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Britto firmou um acordo de renegociação da dívida com a União (do então governo Fernando Henrique Cardoso), o qual, supostamente, resolveria de uma vez por todas a crise financeira do estado, o que, como se sabe, não aconteceu.

Caso fosse reeleito, o seu próximo alvo para privatização era o Banrisul, o que acabou não ocorrendo em razão da vitória de Olívio Dutra (PT), nas eleições estaduais de 1998. Os quatro anos do governo Olívio e, mais recentemente, os quatro anos do governo Tarso Genro constituem o único período na história política recente do estado em que a cartilha neoliberal não foi aplicada no Rio Grande do Sul. Coincidentemente (ou não), foram os dois únicos períodos de quatro anos em que a economia gaúcha cresceu acima da média

nacional (9,8% contra 9,6% no governo Olívio Dutra e 10,8% contra 9,7% no governo Tarso Genro).

Esses dois governos representam duas ilhas cercadas pelos governos de Antonio Britto, Germano Rigotto, Yeda Crusius, José Ivo Sartori e, agora, Eduardo Leite. Em todos esses, os servidores públicos perderam direitos e a população, serviços públicos.

Conforme levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de servidores do Poder Executivo do Rio Grande do Sul caiu 19,7% nos últimos seis anos, passando de 153.040 trabalhadores ativos em 2015 para 122.852 em 2021.

Por outro lado, a população do estado aumentou de 11,175 milhões de habitantes, em 2015, para 11,442 milhões, em 2020. Ou seja, 267 mil pessoas a mais para serem atendidas por serviços públicos com 30.188 servidores a menos. Só na área da Saúde, o número de servidores diminuiu 29,2% no referido período, passando de 4.547 servidores (2015) para 3.219 (2021), totalizando 1.328 servidores a menos.

Depois de privatizar a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e encaminhar a venda da empresa de transmissão de energia elétrica

do Grupo CEEE, o governo Eduardo Leite partiu para privatizar a água e o saneamento, vendendo a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), processo que ainda é objeto de uma disputa judicial. Confirmada a privatização da Corsan, o estado terá entregue para a iniciativa privada os setores de água e energia, dois serviços públicos essenciais à população. Tudo em nome da “superação” da crise financeira e da “modernização” do estado.

Em 2022, Eduardo Leite defendeu e implementou a adesão do Rio Grande do Sul ao chamado Regime de Recuperação Fiscal, um novo acordo de renegociação da dívida com a União, argumentando que esse seria o melhor caminho para resolver a questão da dívida do estado.

Em contrapartida, o RS se comprometeu a adotar medidas de ajuste fiscal e a privatizar empresas públicas, entre outras medidas. Agora, um ano depois, Leite admite que será preciso “repactuar” esse acordo e que ele não resolve o problema do endividamento do estado. Assim, o setor público do RS vai sendo desmontado peça por peça sem que a prometida solução da crise se confirme e sem que a economia do estado como um todo saia do quadro de estagnação.



Foto: Igor Sperotto

# Suicídio infantojuvenil: questão de saúde pública

por Stela Pastore

*O suicídio é a quarta principal causa de morte na faixa etária entre 15 e 29 anos, mas o número de crianças de 5 a 14 anos que atentam contra a própria vida no Brasil e no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), não para de crescer. O RS é o estado com maior número de suicídios do país. Na capital gaúcha, onde a taxa de suicídios por 100 mil habitantes é superior à do estado, profissionais da saúde denunciam o desmonte das políticas e das estruturas de saúde para a prevenção e o acolhimento que poderiam salvar vidas*

**E**m Porto Alegre, dados epidemiológicos mostram que, de 2017 a 2021, foram 5.444 tentativas de suicídio. Dessas, 3.686 foram pessoas do sexo feminino (67%), sendo que a faixa etária que mais predominou foi dos 10 aos 29 anos (56,3%). Já os jovens com idades entre 15 e 19 anos são a população que mais busca atendimentos na Atenção Primária à Saúde em decorrência de tentativa de suicídio. E a faixa etária de 20 a 24 anos é o segundo grupo que mais atenta contra a própria vida na capital gaúcha.

Mesmo com esse quadro, Porto Alegre não dispõe de um Plano de Prevenção ao Suicídio, ação recomendada pelo Plano Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio 2022-2025, do governo estadual.

O Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de suicídios do país. São 12,4 mortes a cada 100 mil habitantes. A taxa registrada na capital gaúcha em 2021 superou a média estadual, atingindo a marca de 14,72 por 100 mil habitantes.

Dados da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Porto Alegre mostram o tamanho do desafio colocado por esses indicadores às autoridades em saúde: em junho de 2021, 3.048 pacientes aguardavam na fila por uma consulta em saúde mental adulto e pediátrico. Em junho de 2023, esse número quase triplicou, atingindo 8.513 pacientes na fila de espera.

## Realidade subnotificada

Entre 2001 e 2022, foram 1.989 óbitos por suicídio em Porto Alegre. A faixa etária predominante é entre 20 e 29 anos (20,6%), seguida por 30 aos 39 anos (20,2%).

Porém, os dados estão longe de

revelar a realidade. Estima-se que a cada suicídio de um adulto, há 10 ou 20 tentativas. No caso das crianças, é uma situação consumada a cada 300 iniciativas. Muitos casos também são associados

a acidentes, o que dificulta a precisão estatística.

Em 2021, ainda na pandemia, a pergunta "Como se matar sem sentir dor?" foi 70% a expressão mais procurada no Google, de

acordo com o Google Trends.

Mudou a orientação de que falar sobre suicídio pode estimular as mortes. Calar não ajuda. Tratar do tema com responsabilidade é o mais indicado, apontam especialistas.

## Falar da dor é um direito

É falsa a ideia de que as pessoas que ameaçam só estão querendo chamar a atenção. A tentativa de suicídio é um pedido de ajuda, explica a psicóloga Maria Alzira Grassi, especialista em Intervenção Psicanalítica na Clínica de Crianças e Adolescentes pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). "É preciso ser ouvido para diminuir a angústia", ressalta.

De acordo com a psicóloga, a escuta salva vidas. "O importante na prevenção do suicídio é falar da sua dor. Ter a chance de elaboração, ter ajuda, o direito ao tratamento. Não se isolar para não

cristalizar o adoecimento", pontua a profissional. O preconceito social e a desinformação de que é 'coisa pra louco' retardam o atendimento por medo do julgamento, e o paciente agrava o quadro.

Servidora municipal, Maria Alzira integrou o Conselho Municipal de Saúde e atuou por 22 anos, entre 2000 e 2022, no Plantão de Emergência em Saúde Mental do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs). Ela destaca o benefício do acesso rápido a um profissional de saúde mental quando se entra em sofrimento psíquico. Mas esse atendimento nem sempre acontece a tempo.

## Dificuldade no atendimento

A insuficiência de estruturas públicas para prestar esse atendimento é alarmante, de acordo com educadores, profissionais em saúde, em assistência social e conselheiros tutelares.

"São mortes que poderiam ser evitadas com prevenção e acolhimento. O grave é perceber que há um projeto para deixar morrer. Não está se fazendo nada para mudar o quadro. É um grande faz-de-conta. Uma maquiagem", desabafa a conselheira tutelar Terezinha Vergo, que trabalha no centro da capital. Colegas dela nas periferias sentem essa impo-

tência de forma mais aguda.

Para entrar em acompanhamento contínuo, o tempo é longo. "Há casos que demoram de dois a três anos e causam internações, violando mais direitos", exemplifica a conselheira Alice Goulart, que atua na Restinga. Um dos casos é de uma jovem de 18 anos com reiteradas tentativas de suicídio. "A família busca encaminhamentos desde que ela tinha 14 anos. Nesse período, ela se mutilou e tentou suicídio. Só no último ano, foram três internações psiquiátricas, mas o atendimento acaba sendo somente para tratar as crises mais severas", ilustra.

## Cronologia do desmonte

Ex-integrante da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde, Grassi descreve o desmonte no atendimento à saúde mental nos últimos anos. Ainda em 2016, foi criado um Grupo de Trabalho da Infância e Adolescência que apresentou ao município sugestões para o atendimento de urgência: mais profissionais, criação de um Centro de Atendimento Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) 3, com leitos de observação.

Abertura de atendimento de emergência no Hospital Presidente Vargas e a ampliação de Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência também estavam entre as indicações.

No entanto, nada foi feito. A

capital, que tem 1,5 milhão de habitantes, conta com apenas três Capsi. A indicação é um Capsi para cada 200 mil habitantes.

Os Caps deixaram de ter a porta aberta em 2019 e foi criado um sistema de Gerenciamento de Consultas (Gercon) nas Unidades Básicas de Saúde, em que a fila de espera é gigante. Além disso, a terceirização das Unidades de Saúde gera descontinuidade de profissionais, dificultando vínculo com o paciente.

Há apenas dois serviços de Plantão de Emergência em Saúde Mental (Pesm) na (Vila Cruzeiro e IAPI), que atendem, ao mesmo tempo, crianças e adultos, o que representa uma violação às orien-

tações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

"Nitidamente, houve um desmonte da política de saúde mental e mais ainda da saúde mental infantojuvenil. Ao invés de um maior investimento na promoção de saúde mental, interna-se mais. A porta giratória de hospitalizações pela falta de uma rede de serviços suficiente e articulada faz pensar no trato da saúde como mercadoria. E o ECA fica na teoria", resume Maria Alzira Grassi, chefe do Setor de Psiquiatria e Psicologia do Hospital de Pronto-Socorro (HPS).

Ela relata ter atendido 84 pessoas que deram entrada no HPS por tentativa de suicídio em ape-

nas um ano. Essa realidade, em que diariamente crianças e jovens atentam contra a própria vida, assusta profissionais de saúde acostumados com a rotina das UTIs. "É dilacerante", confessa a enfermeira da UTI pediátrica do HPS Thaís Canella.

O secretário da Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter, reconhece que os suicídios são alarmantes. "Estamos nos organizando para diagnosticar e tratar precocemente", responde, argumentando que assumiu o cargo há um mês. Ritter afirma que o município terá um Plano de Prevenção a Suicídios, porém não apresentou um cronograma de ações para enfrentar essa realidade.



**Seu Cartão do Associado agora também é virtual e está no novo App do Sinpro/RS.**

Mais prático, mais completo e mais fácil de economizar.

Mais de 500 convênios em produtos e serviços com descontos para você.

Baixe ou atualize o seu  

**SINPRO/RS**  
Sindicato Estadual

# Professoras da educação infantil lutam por valorização e respeito



Foto: Igor Sperotto

Apesar da formação, muitas professoras da educação infantil ainda recebem salários de técnicas, não são reconhecidas como docentes, nem representadas pelo sindicato da categoria

por Marcia Anitta

*Docentes que trabalham com crianças com até seis anos convivem com excesso de trabalho, desvalorização histórica, desvio de função e precariedades de todos os tipos. Somados aos baixos salários, são dilemas da educação infantil que geram adoecimento e desencanto pela docência nesta etapa primordial da educação básica*

Uma professora deste segmento – que é a primeira etapa da educação básica – recebe em torno de R\$ 13,00 a hora-aula. A situação piora se o trabalho é realizado em alguma das mais de 200 escolas conveniadas com a prefeitura de Porto Alegre, onde, apesar da exigência do diploma em Pedagogia, a remuneração não chega a R\$ 9,00 a hora-aula, pois o contrato não é como professor, mas como técnico em educação infantil. “São salários que não chegam a R\$ 1,8 mil por 44 horas semanais e sabemos que a jornada passa muitas vezes disso”, informa Margot Andras, diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS).

Esse é o caso de seis profissionais referências de turma (formadas em Pedagogia), que trabalham no Instituto de Educação Infantil Vovó Belinha, conveniada com a prefeitura. Apesar da formação, elas recebem salários de técnicas, não são reconhecidas como professoras, nem são representadas pelo sindicato da categoria dos docentes, mas pela entidade ligada à recreação e assistência, o que impede qualquer negociação.

Para a coordenadora pedagógica da Vovó Belinha, Cíntia Mattos, que atua há mais de 20 anos na educação infantil, essa é uma situação que já não cabe mais desde meados da década de 1990, quando, por lei, passou a ser exigida formação na área da educação. Portanto, o reconhecimento profissional deve ser fato. “Deixamos de ser tias e somos pro-

fessoras por formação”, complementa Cíntia.

A associação das educadoras das conveniadas que lutam pela valorização e reconhecimento criou o movimento “Professor sim, técnico não”, que vem se fortalecendo desde o início do ano. “Nossa palavra de ordem é *professores na luta por reconhecimento e valorização*”, diz Cíntia.

“Manter professores com esta nomenclatura de técnico é um subterfúgio para não pagar o que é de direito”, reclama Cíntia. “Somos 214 escolas comunitárias que atendem à educação infantil. Nós precisamos da prefeitura e ela de nós. Está na hora de reconhecer o trabalho que fazemos”, alerta a coordenadora pedagógica. Ela lembra que educação infantil é obrigação

do gestor público municipal. “Compra de vagas em escolas privadas não resolve. Quando se fala em falta de vagas, também se fala em não investimento na educação”, observa Cíntia. “A prefeitura não pode ficar eternamente pagando vaga em escola. É mais fácil investir na instituição pública, que já está estabelecida, e ampliar”, aponta.

A Resolução 15 do Conselho

Municipal de Educação (CME) de Porto Alegre determina que até 2024 cada turma de educação infantil tenha uma professora referência, isto é, uma pedagoga. “Então, hoje todo mundo está buscando se qualificar, e a contrapartida agora é reconhecer e valorizar. Não dá pra fingir que não é professor”, destaca Ana Gabriela Medeiros de Lima, diretora da escola.

## Dores físicas e da alma

O Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), serviço mantido pelo Sinpro/RS desde 2007 e que acolhe os professores em situações de constrangimentos no ambiente escolar e acadêmico, vem recebendo cada vez mais queixas das profissionais da educação infantil. Os relatos revelam a desvalorização, o desrespeito, a opressão e o assédio nos ambientes de trabalho. “São dores físicas e da alma”, pontua a diretora do Sinpro/RS e coordenadora do NAP, Cecília Farias.

“Não se trata de menosprezar tarefas, mas uma professora de-

nunciou, por exemplo, que, em uma festinha, foi obrigada a servir os pais e varrer o chão, fora do horário de trabalho e sem receber por isso”, ilustra Cecília. A equipe multidisciplinar do NAP também se depara com o adoecimento físico e mental e o aumento da medicalização das docentes. “Tudo converge para manter a desvalorização, o desrespeito e a humilhação para com esses professores. Precisamos quebrar esse círculo vicioso e as suas consequências para as educadoras”, ressalta a dirigente.

Professora do setor privado, Leila Nunes Espíndula, 42 anos, rela-

ta que atua na educação infantil desde a adolescência, quando fez magistério e estágio em berçário. Formada em Pedagogia e com especialização em Educação Especial, Leila trabalhou em escola até a pandemia, quando uma Medida Provisória reduziu e suspendeu sua carga horária, com consequente redução de salário. “Não recebia o que estava na carteira. Foi bem complicado, moro sozinha e o salário não pagava as despesas fixas de aluguel, água e luz”, revela. Para se manter, a professora passou a alfabetizar em casa e a fazer acompanhamento de aulas

on-line, além de outros trabalhos.

“Comecei a trabalhar muito, mas passei a ganhar quase o triplo. Hoje estou tentando voltar, sinto falta do ambiente escolar, mas o salário não deixa. O custo de vida é muito alto”, detalha. Leila já visitou 22 escolas, geralmente com carga horária das 10h até às 18h ou 19h, o que não permite outro emprego ou complemento de renda. “Com salário de professor, não se consegue aproveitar a vida, apenas sobreviver”, constata. Ela não esconde a tristeza ao admitir que está pensando em mudar de atividade e desistir de voltar à escola.

## Competência e formação

A educação infantil é de competência municipal. Na Grande Porto Alegre, são quase 2 mil postos de trabalho registrados. Mas há subnotificações. Em todo o estado, são 4.805 postos. Entretanto, muitas escolas não estão cadastradas. Em Porto Alegre, por exemplo, não há escolas suficientes para suprir a demanda que cresce a cada ano. Somente a Vovó Belinha, que atende 124 alunos, possui uma lista de espera de 400 crianças.

Margot destaca os requisitos básicos de formação que habilitam uma docente para a educa-

ção infantil. “Estamos tratando da professora, pedagoga, docente da educação infantil, que, na maioria dos casos, tem formação para o Magistério, especializações e, não raro, mestrado e doutorado”, situa. A dirigente lembra que até há pouco tempo não era necessária a formação, até porque não se entendiam como aprendizado o cuidado e as etapas de evolução da educação infantil.

Atualmente, é consenso que toda atividade com bebês e crianças tem consequências diretas no desenvolvimento de um cidadão. Para a diretora do Sinpro/RS, é

preciso que a sociedade reconheça a importância da educação para as crianças pequenas e apoie a luta pela valorização dos profissionais encarregados dessa educação. “Dignificar o salário das professoras da educação infantil é questão primordial, considerando que elas são as interlocutoras no primeiro contato das crianças com a educação formal”, pondera Margot.

Fabiana Nascimento, professora deste segmento há cinco anos, concorda com a dirigente. Pedagoga com pós-graduação em Ensino Lúdico e Alfabetização e

Letramento, sente-se gratificada por estar em sala. “Porém, ensinar crianças é tarefa difícil, exige paciência e muita disposição para criar um ambiente diferenciado e com estímulos”, enfatiza.

Por isso, a professora considera que a remuneração não condiz com o tamanho da responsabilidade. “Trabalho 40 horas semanais e isso deveria mudar. Professor leva trabalho para casa, por isso, meio-turno deveria ser o normal.” Fabiana pensa em migrar para as séries iniciais. “Este é um plano que pretendo executar em breve.”



Dúvidas sobre seus direitos?  
Tá na mão, tá no App!  
Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino

Baixe ou atualize o seu

Download on the App Store

GET IT ON Google Play

SINPRO/RS  
Sindicato Estadual

# De Evo ao Pachakutik: o que o Brasil pode aprender sobre política indígena



Cerimônia ancestral de posse que confiou a Guillermo Lasso o bastão de mando, símbolo da cosmovisão andina e de representatividade da autoridade máxima do Equador

Foto: Jonathan Miranda / Presidência do Equador

Enquanto o Brasil ainda sonha com uma bancada do coar no Congresso Nacional, onde direitos indígenas são constantemente atropelados, outros países da América Latina estão décadas à frente em representatividade dos povos originários no parlamento. Desde 1995, o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik reúne as lutas políticas dos povos originários no Equador e, nas eleições de 2021, elegeu 26 parlamentares. Nos anos 2000, o aimará Evo Morales foi o primeiro presidente indígena da Bolívia e impulsionou o processo constituinte que transformou o país em um Estado plurinacional.

O Equador ainda pode eleger seu primeiro presidente indígena neste ano: Yaku Pérez, da coalizão *Claro que se puede*. O advogado ambientalista do povo Cañari já ficou em terceiro lugar na última disputa presidencial, perdendo a vaga ao segundo turno por apenas 32 mil votos. Com a dissolução do Congresso em maio por decreto do presidente Guillermo Lasso, novas eleições gerais extraordinárias foram convocadas para agosto. Por enquanto, Pérez aparece em segundo lugar nas pesquisas e já recebeu apoio do Pachakutik e de outros três partidos.

Apesar das diferenças culturais, os exemplos equatoriano e boliviano dão pistas de como é possível fortalecer o movimento indígena dentro e fora da política institucional, para garantir a sobrevivência das culturas originárias.

## A voz das ruas

No Equador, quando o preço dos combustíveis aumenta, os indígenas lideram grandes manifestações populares. Quando um projeto petrolífero ameaça a Amazônia, também. Se direitos trabalhistas são atacados ou se o desemprego e a violência estiverem em alta, o governo já pode se preparar.

Não faltam motivos para convocar greves e protestos, e toda essa capacidade de mobilização é puxada pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que aglutina as demandas dessa população. Desde os anos 1990, a Conaie lidera manifestações contra os governos de turno.

A incorporação de pautas além das demandas exclusivamente indígenas é uma das chaves para o sucesso das mobilizações. “A proposta dos povos indígenas ocorre em um contexto de ausência de iniciativas do restante da sociedade civil que lhes permita formular e negociar demandas, gerar críticas e imaginar novas alternativas”, escreve Fernando García Serrano, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, coautor do livro *Apus, caciques e presidentes* (2016).

O Pachakutik é o maior braço da Conaie na política institucional e surgiu justamente para representar os interesses indígenas. Muitos de seus representant-

por Juan Ortiz

*Partidos fortes, união com movimentos de base e plurinacionalidade são alguns dos trunfos de indígenas no Equador e na Bolívia, países onde os povos originários alcançaram um protagonismo na política institucional que ainda é pouco visto na América do Sul*

tes são ligados às confederações dos povos originários. Para as eleições deste ano, o Pachakutik desistiu de ter um nome próprio na disputa e apoiou a coalizão de Yaku Pérez, que já havia sido candidato do partido indígena em 2021.

Apesar da grande força de mobilização, a abrangência do Pachakutik tem um efeito colateral: correntes internas protagonizam brigas que racham o movimento. Em entrevista com Pérez,

em maio, a reportagem questionou sua decisão de deixar o partido e concorrer junto a outras legendas. “Respeito profundamente o movimento, mas o que os congressistas fizeram assim que chegaram ao Congresso foi se dividir: alguns em direção à direita neoliberal do governo Lasso e outros ao populismo autoritário de Rafael Correa”, respondeu.

Ào menos por enquanto, essas diferenças parecem ter sido apaziguadas.

Foto: Conselho Nacional Eleitoral



Yaku Pérez pode ser eleito o primeiro presidente indígena do Equador

## União com movimento campesino

A sinergia com movimentos de trabalhadores rurais e urbanos está na essência de muitas organizações indígenas da região andina. E o melhor exemplo disso está na Bolívia. Desde a Revolução de 1952, organizações indígenas e campesinas ganharam espaço junto às lutas das centrais sindicais.

As cosmovisões indígenas foram colocadas no centro das lutas en-

campadas pelo chamado movimento katarista, que aliava ideais quéchuas e aimarás. Nos anos 1970, os kataristas viraram a principal força de oposição, denunciando massacres contra os indígenas – maioria da população boliviana – e combatendo as diferentes formas de exploração neoliberais e colonialistas.

Uma dessas lideranças foi um sindicalista cocaleiro do altiplano.

Antes de ser presidente, Evo Morales foi agricultor, padeiro e trompetista. Ao trabalhar nas plantações de coca, usada no país para fins medicinais e religiosos, Morales entrou na luta sindical e construiu sua carreira política. Uma trajetória parecida com a do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, com uma diferença fundamental: o elemento indí-

gena-campesino está na raiz da agrupação política de Evo, o Movimento ao Socialismo (MAS).

“O MAS é o primeiro governo da história da Bolívia que faz política para os povos originários”, avalia a cientista política Marília Closs, pesquisadora da Plataforma Cipó. “Refundaram o Estado, e isso se deve a Evo – apesar de todas as contradições e problemas”, resume.

## Estado plurinacional

Essas refundações se devem a dois processos constituintes quase simultâneos. Em 2008, o Equador proclamou a primeira Constitui-

ção Plurinacional do continente, reorganizando o Estado conforme as diferentes nações indígenas e outros povos tradicionais, como

quilombolas. No ano seguinte, foi a vez da Bolívia fazer o mesmo, já sob Evo Morales.

“Quando o MAS é eleito, faz um processo que coloca a plurinacionalidade em sua Constituição. Há uma valorização dos idiomas indígenas”, explica Marília Closs. “Isso reverberou muito nos outros países. Dotar a Pachamama (mãe-terra) de direitos constitucionais é o tipo de inventividade política que muda o mundo”, ressalta.

A influência boliviana e equatoriana foi vista no recente processo constituinte chileno, o qual elegeu 17 representantes indígenas e tentou adotar uma nova Carta Magna plurinacional – porém, o projeto foi rejeitado nas urnas no ano passado.

Já o Brasil ainda engatinha na

representação política indígena. Nas últimas eleições, pela primeira vez foram eleitas três parlamentares de etnias originárias para o Congresso Nacional: Sonia Guajajara (PSol-SP), Célia Xakriabá (PSol-MG) e Silvia Waiãpi (PL-AP). No entanto, Sonia Guajajara assumiu como nova ministra dos Povos Indígenas, pasta que teve seu papel para a demarcação de terras esvaziado pelo próprio Congresso. Silvia Waiãpi, por outro lado, é representante do bolsonarismo.

Hoje, outros países com grandes populações indígenas já preveem reserva de vagas para comunidades tradicionais – é o caso da Colômbia. No Brasil, com representação rarefeita e acossada, o sonho de uma bancada do cocar ainda está em segundo plano.

Foto: Assembleia Legislativa Plurinacional



O aimará Evo Morales, primeiro presidente indígena da Bolívia: “Os movimentos indígenas continuarão sua luta contra o neocolonialismo interno e externo, que promove racismo, discriminação e humilhação contra os pobres”

EXTRA CLASSE

Notícia e informação têm bastante, mas pensada para você, só tem aqui.

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião...  
Acesse e saiba sempre muito mais!

extraclasse.org.br

SINPRO/RS



Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil

Alvo de uma reforma trabalhista aprovada pelo Congresso durante o governo Temer, a CLT se mantém como marco na defesa dos direitos dos trabalhadores

# CLT completa 80 anos, apesar dos ataques constantes

por Marcelo Menna Barreto

*A Consolidação das Leis do Trabalho veio para estruturar e compilar uma série de direitos que têm a Carteira Azul como símbolo e que, diante do avanço neoliberal, hoje está distante de milhões de brasileiros aliados do trabalho, sem emprego ou atuando na informalidade. Se antes, já na primeira República, havia exemplos de regulação, como as leis de Acidentes de Trabalho e de Férias e até estabilidade no emprego, a CLT – mesmo dentro da ambiguidade do Estado Novo – criou um efeito simbólico que fortaleceu a identidade de classe e a luta dos trabalhadores*

**H**á 80 anos, no período em que a humanidade ainda buscava respostas ao colapso do capitalismo e do liberalismo econômico que se manifestou fortemente em 1929, com a Grande Depressão, Getulio Vargas assinava o Decreto-Lei 5.452. O presidente que assumiu os rumos do Brasil após o processo revolucionário de 1930, então com poderes ditatoriais no chamado Estado Novo, anuncia a Consoli-

## Symbolismos

Clarice Speranza, professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), entende que a importância da CLT foi se tornando maior à medida que ela adquiriu um efeito simbólico.

“Claro que ela já nasce importante, mas a CLT, digamos assim, se tor-

nação das Leis do Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1943. De lá para cá, atacada por setores patronais, a CLT – mesmo enfrentando pressões, alterações e até propostas para sua revogação – sobrevive e, na opinião de estudiosos, ainda continua indispensável.

“Neste momento de demolição, para os sindicatos é inaceitável a extinção, a demolição da CLT, porque o empresariado quer, em nome da ‘modernidade’, recupe-

na uma carta de direitos do trabalhador brasileiro, historicamente a parcela mais numerosa da população brasileira, sempre a mais submetida a humilhações, a um processo muito forte de desvalorização”, aponta.

Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Resistência e Cultura do Conselho Nacional de Desenvolvimento

## Por um Brasil moderno

Alisson Droppa, Doutor em História Social pela Unicamp e pesquisador do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), registra que a trajetória de construção da CLT “está profundamente ligada ao processo de industrialização e modernização do Brasil”.

Eram promessas da Aliança Liberal, articulação política que se deu no início de 1929 para apoiar as candidaturas de Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente, nas eleições de 1º de março de 1930, mas que, derrotadas por Júlio Prestes e Vital Soares, culminaram com a Revolução de 1930 e o fim da República Velha.

“A CLT nasce no contexto do getulismo com um sentido muito claro: incorporar a força de trabalho urbano em um processo de formação do capitalismo industrial e estabelecer um patamar mínimo

de direitos que pudessem estruturar um mercado interno consumidor, sem o qual não existe industrialização”, explica Antunes.

O sociólogo pondera que a iniciativa também foi uma tentativa de manter a liderança de Vargas. “Tinha um caráter dúplice, bifronte, de um lado atendia às reivindicações que nasciam na luta operária desde as greves de 1917, por exemplo, e da longa onda de greves que foram vistas de 1930 até 1935”, demonstra.

“Além da própria luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições de trabalho”, diz Droppa, o governo Vargas buscou a iniciativa de constituir “um arcabouço jurídico que incluiu a legislação social do trabalho, a criação da Justiça do Trabalho e do sistema de fiscalização do cumprimento dessa nova tela de proteção social, ainda em construção”.

De acordo com o pesquisador do Dieese, mesmo com a neces-

## Avanços na mobilização

Na implementação do arcabouço jurídico que culminou na CLT, além de um projeto civilizatório e desenvolvimentista, também estão presentes os objetivos de Vargas em se manter no poder. Isso é pra-

ticamente um consenso entre historiadores e estudiosos do mundo do trabalho.

Porém, se, de um lado, a CLT é um projeto getulista de conciliação de classes que Clarice chama

de arcaico, que é a intensificação da exploração do trabalho”, afirma o sociólogo Ricardo Antunes.

Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho da mesma instituição e um dos principais nomes da Sociologia do Trabalho, Antunes é categórico ao interpre-

tar o processo contemporâneo de precarização do trabalho. Científico e Tecnológico (CNPq), Clarice também destaca o caráter escravista embutido nesse debate. “A história do trabalho no Brasil é a história da desorganização do trabalho. Em um país escravista, o trabalho sempre foi visto como algo desonroso. Muda um pouquinho na primeira República, mas ele passa

tar o processo contemporâneo de precarização do trabalho.

“O que se passa com a CLT hoje é que estamos vivendo um processo de devastação do trabalho em escala global. É a mistificação de que o trabalho agora não é mais feito pela classe trabalhadora, mas pelo empreendedorismo, por trabalhadores e trabalhadoras sem direitos via trabalho intermitente. Trabalha, recebe; não trabalha, não recebe”, resume.

a ser algo, também, que precisa ser imposto às classes trabalhadoras, que são vistas como perigosas. Um pouco mais. Já era no período da escravidão”, destaca a professora. Cabe lembrar que a CLT foi apresentada por Vargas poucos dias antes da Abolição da Escravatura no Brasil completar 55 anos.

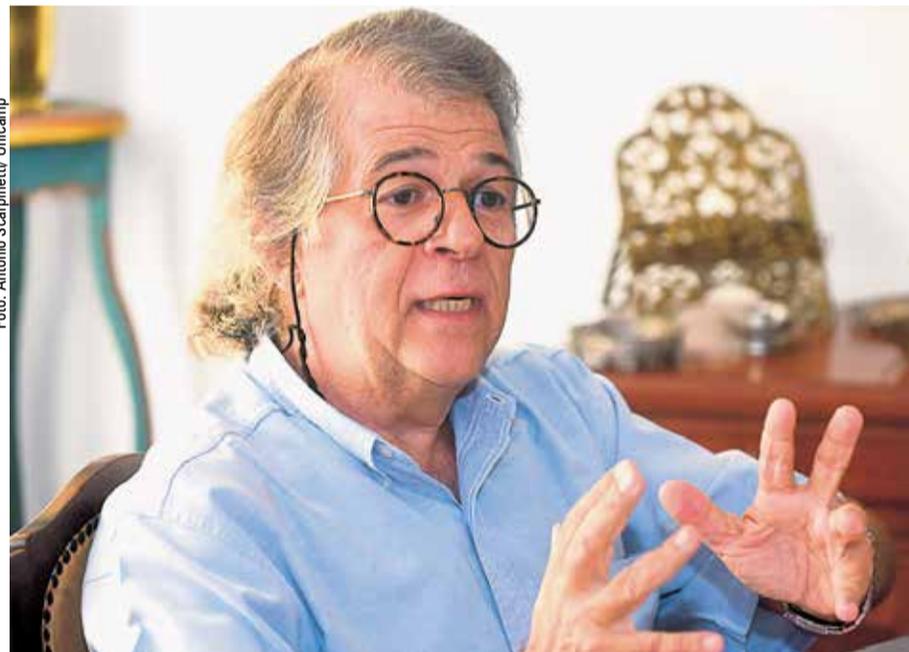


Foto: Antonio Scarpinetti/Unicamp

Antunes, da Unicamp: “Vivemos um processo de devastação do trabalho em escala global”

Revolução Russa de 1917 e a possibilidade de expansão da União Soviética, o pioneirismo da social-democracia sueca, a experiência fascista italiana, o *New Deal* dos Estados Unidos, o nazismo da Alemanha. “A humanidade respondia à crise de forma antiliberal, seja democraticamente, seja pela via autoritária”, sintetiza.

Em especial, Droppa elenca a

de incorporação do trabalhador a uma política de Estado, por outro, há inegáveis evidências de que ela contribuiu muito nos avanços em termos de mobilização sindical.

“Se fala muito que o movimento

Revolução Russa de 1917 e a possibilidade de expansão da União Soviética, o pioneirismo da social-democracia sueca, a experiência fascista italiana, o *New Deal* dos Estados Unidos, o nazismo da Alemanha. “A humanidade respondia à crise de forma antiliberal, seja democraticamente, seja pela via autoritária”, sintetiza.

sindical antes de Vargas era mais autêntico. Era, mas era mais fraco também. Muito mais fraco”, evidencia a professora. Para ela, a visão getulista de sindicatos como uma parte importante da estrutura social,

## ESPECIAL

pensados como órgãos de colaboração do Estado, não quer dizer que isso funcionou exatamente assim.

“A CLT foi uma criação de um governo ditatorial, mas que fez isso se apropriando da própria experiência tida pelos trabalhadores nas décadas anteriores, que foi de extrema luta social”, lembra Clarice, ao sublinhar que vários direitos que figuram no decreto foram resultado de “disputas e lutas”.



Foto: Igor Speranto

Mobilização de trabalhadores contra as reformas trabalhista e da Previdência

## Novo espaço

Obviamente, relata a professora, tudo na história é muito mais complexo do que se imagina. Contudo, a lei foi uma tentativa de dar uma resposta para as reivindicações da classe trabalhadora.

“Ah, vamos ficar todo mundo legal, numa boa, e os trabalhadores sendo obedientes.” Só que não

foi assim que isso foi apropriado pela sociedade. A CLT, cada vez mais, foi se tornando um espaço de embates e de lutas pela ampliação de direitos.” Agora, também, nas esferas judiciais, registra.

Antunes, na mesma linha, entende que, ao mesmo tempo que nascia, então, o sindicalismo de estado,

com sindicatos atrelados via financiamento do Imposto Sindical, algo forte começara a germinar.

“Ao longo de 80 anos, tiveram muitas mutações. O sindicalismo se estruturou nacionalmente, vale lembrar que a CLT, inicialmente, excluía a classe trabalhadora ligada ao campo. O proletariado rural não

tinha direito nenhum. As trabalhadoras domésticas também estavam excluídas. No entanto, o desenho estruturado para os trabalhadores urbanos contribuiu para que outros movimentos se desenvolvessem. Esse foi o maior avanço. As lutas das classes trabalhadoras por seus direitos também avançaram”, enumera.

## O retrocesso e a necessidade de reconstrução

O movimento de ebulição social perdurou até o golpe de Estado civil-militar de 1º de abril de 1964.

No período em que generais se revezavam para assumir a presidência do Brasil, rememora Droppa, “foi aprovado um conjunto de

leis que atribuíram nova redação a dispositivos da CLT, correspondendo ao que alguns convencionaram chamar de ‘primeira onda liberal”.

A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para substituir a estabilidade no emprego, e a lei de greve são exemplos cabais de que as elites nacionais operaram para impor um freio.

Após a reação do chamado Novo Sindicalismo dos anos 1980, as mesmas elites na década de 1990 buscaram desconstruir a rede de proteção social da CLT ao promover enfaticamente a terceirização.

O mais recente ataque, na visão de Antunes, Clarice e Droppa,

foi iniciado na reforma trabalhista de Michel Temer, em 2017.

Desta vez, ao contrário de Vargas, o homem que conspirou para derrubar a então presidente Dilma Rousseff e assumir seu lugar jogou forte no processo para enfraquecer o movimento sindical via asfixia financeira.

O desafio, segundo os especialistas, é grande. “O saldo da reforma trabalhista é negativo para os trabalhadores, muitos direitos foram perdidos”, ressalta o pesquisador do Dieese.

Entre os exemplos, estão o direito à retroatividade nas negociações coletivas e a criação de mecanismos de precarização, como o trabalho intermitente.



Foto: Igor Speranto

CLT se tornou carta de direitos da maior parcela da população, aquela dos humilhados e ofendidos, diz Clarice Speranza, da Ufrgs

### Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa? Sossego para estudar? Nova orla do Guaíba? Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS [casadoprofessor.sinpro.rs.org.br](http://casadoprofessor.sinpro.rs.org.br)

SINPRO/RS Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR Hotel



# A imaginação fora do poder

*Passados dez anos, seria importante aprofundar o debate sobre as Jornadas de Junho, senão por outros motivos, porque suas causas não foram superadas*



“As Jornadas surgem no coração de uma democracia sem política, aquela onde programas e pretensões por reformas devem se curvar aos cálculos e ao cinismo”

As “Jornadas de Junho” de 2013 representaram a maior mobilização popular na história do Brasil desde a campanha pelas eleições diretas em 1984; com a diferença marcante de que a campanha pelas diretas foi organizada por uma frente política institucional de oposição à ditadura, que convocou as manifestações em apoio à emenda que propunha a volta das eleições diretas para presidente e que seria apreciada pelo Congresso Nacional.

Em junho de 2013, não havia lideranças orgânicas, nem partidos à frente das mobilizações e nenhuma expectativa com relação a uma votação no Parlamento.

Milhões de pessoas foram às ruas, articuladas pelas redes sociais, para expressar seu descontentamento diante da precariedade dos serviços públicos; não casualmente no momento em que os governantes anunciavam, em um clima de ufanismo, grandes investimentos para receber a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Para compreender os protestos, é preciso, preliminarmente, dimensionar o impacto das interações on-line e o quanto a formação de opinião – e, portanto, da disputa política – se afastou dos veículos tradicionais de comunicação para se estabelecer no mercado de comportamentos futuros na Internet.

Isso se deu pelo agenciamento por algoritmos e na constituição de infinitas bolhas virtuais que sequestraram o debate público, um tema que, ainda hoje, parece não ter sido apresentado aos setores hegemônicos da esquerda, mas que a extrema-direita domina desde muito antes de 2013.

As mobilizações começaram por reivindicações difusas contra o reajuste das tarifas do transporte coletivo, articuladas pelo “Movimento Passe Livre”. A ideia de “Tarifa Zero” foi, então, desprezada pelos governantes e pela mídia tradicional. Dez anos depois, aquela imaginação do movimento já é realidade em algumas cidades brasileiras e constitui uma pauta central a respeito do futuro do transporte coletivo no mundo. As Jornadas de Junho ocorreram simultaneamente em mais de 500 cidades e contaram, segundo pesquisas da época, com o apoio de 89% da população.

Junho de 2013 começou muito antes e terminou bem depois. Já em março, muitas mobilizações “de borda” ocorriam no vácuo de uma plataforma que pudesse oferecer à juventude e aos movimentos sociais um espaço claro de luta por reformas.

As Jornadas surgem no coração de uma democracia sem política, aquela onde programas e pretensões por reformas devem se curvar aos cálculos e ao cinismo. Esse vazio criou a orfandade que foi às ruas cobrar a conta. E ela veio com muitas caras e cores, aglutinando demandas e expectativas

diversas que carregavam, é claro, ambivalências e contradições.

A única resposta coerente do poder público às manifestações, entretanto, foi a repressão. Os relatórios da Artigo 19, ONG que luta pela liberdade de expressão, mostram que, em 699 protestos, houve oito mortos, 837 feridos e mais de 2,6 mil pessoas presas. Entre os feridos, mais de cem jornalistas. Na imprensa e no discurso dos governantes, porém, houve o mesmo silêncio a respeito da violência policial e, por certo, a aposta de que cassetetes, bombas de gás e balas de borracha resolveriam “o problema”. Não resolveram; pelo contrário, as manifestações cresceram por conta da repressão.

Passados dez anos, seria importante aprofundar o debate sobre as Jornadas de Junho, senão por outros motivos, porque suas causas não foram superadas. Os espaços de reflexão sobre os significados daqueles dias seguem, contudo, rarefeitos, porque as posições hegemônicas da esquerda, que ficaram catatônicas diante das mobilizações, produziram as mais desarrazoadas interpretações, desde a ideia de que os protestos teriam sido “organizados pela CIA”, até as diferentes versões da autoindulgência pelas quais os limites e os erros de sua própria responsabilidade nunca podem ser reconhecidos, sequer debatidos.

Os mesmos setores renovam essa conduta agora, com a falácia *ad hoc ergo propter hoc* (depois disso, logo, causado por isso), quando reproduzem a noção de que as mobilizações “resultaram” no *impeachment* e no bolsonarismo, o que, além de contrariar todas as evidências disponíveis, impede essa mesma esquerda de corrigir os seus equívocos e se reencontrar com a imaginação presente na luta por uma outra política e um outro mundo.

Na verdade, movimentos de protesto abrem janelas de oportunidade. Eles demandam respostas ao poder público e essas respostas também os formatam. Nada está definido ao início de uma jornada de protestos massivos, precisamente porque as ruas são espaços de reconfiguração radical da política, mas os posicionamentos assumidos pelos governantes fazem uma enorme diferença.

Junho de 2013 foi quando o descolamento da sociedade civil e do sistema político brasileiro se tornou evidente. Teria sido possível reformar a institucionalidade política brasileira, corrigindo algumas de suas mais evidentes distorções se as respostas do Estado tivessem sido outras? Talvez. A recente experiência chilena mostra a complexidade de movimentos de reforma política que emergem das ruas, mas, ao mesmo tempo, assinala o quanto os protestos massivos costumam estar grávidos de um novo mundo.

Caberia, no entanto, uma indagação anterior: se as reformas não são feitas quando milhões demandam por elas nas ruas, as faremos quando?

# Concluídas as negociações para as Convenções Coletivas de Trabalho 2023

*Após dezenas de reuniões marcadas pela resistência da representação das instituições de ensino em repor a inflação aos salários, o Sinpro/RS e os sindicatos patronais (Sinepe/RS, Sindiman/RS e Sindeedin/RS) concluíram, em junho, as negociações das Convenções Coletivas de Trabalho dos professores que atuam na educação infantil, básica e superior da rede privada*



Educação superior: reunião de negociação entre Sinpro/RS e Sinepe/RS

por Edimar Blazina

O primeiro semestre do ano no ensino privado é marcado, historicamente, pelas negociações coletivas entre o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e os sindicatos patronais para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) dos diferentes níveis de ensino. São as CCTs que orientam o valor mínimo da hora-aula, prazos para pagamento dos salários e demais condições de trabalho dos professores.

No mês de junho, foram concluídas as negociações coletivas da educação superior, negociadas entre o Sinpro/RS e os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS), da educação básica das instituições comunitárias de ensino (Sindiman/RS) e das escolas de educação infantil (Sindeedin/RS). As propostas para acordo foram aprovadas pelas respectivas Assembleias de professores. Os documentos foram formalizados e estão disponíveis para consulta no site ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)) e no aplicativo do Sinpro/RS.

**EDUCAÇÃO SUPERIOR** – As negociações coletivas com o Sinepe/RS e o Sindiman/RS se iniciaram em março. As tratativas se desenrolaram ao longo de oito reuniões, com a presença marcante de representantes de algumas

das grandes empresas nacionais do mercado educacional.

“No centro da pauta dos professores estavam a reposição salarial e a regulamentação trabalhista da Educação a Distância (EaD)”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “Já os negociadores patronais se empenharam pela revogação do aprimoramento acadêmico para os novos mestres, pela flexibilização da isonomia e por um longo parcelamento da reposição da inflação (INPC – 5,47%).”

O desfecho das negociações ocorreu no dia 1º de junho com a aprovação, pela Assembleia das direções das Instituições de Educação Superior (Ices), da proposta de reposição da inflação a partir do salário de junho (5,47%) e a retomada da sistemática antiga (anterior à pandemia) do pagamento do 13º salário. A proposta foi aprovada pelos professores no dia 3 de junho.

Já a Assembleia dos professores das Ices, realizada também no dia 3, aprovou a proposta, negociada com o Sindiman/RS, repondo, igualmente, a inflação no valor da hora-aula e mantendo as demais cláusulas da CCT 2022. As negociações coletivas da educação superior com o Sindiman/RS ocorreram em seis reuniões.

“Considerando todas as ad-

versidades que marcam o setor da educação superior, impactado pela crise econômica e pela falta de uma política de financiamento público dos estudantes, a conquista da reposição integral da inflação e a manutenção de todo o patrimônio de direitos da categoria merecem ser comemoradas”, avalia Fuhr.

**EDUCAÇÃO BÁSICA** – Os professores que atuam nas instituições comunitárias de educação básica aprovaram, no dia 22 de junho, a CCT 2023/2024. As negociações entre os sindicatos começaram em maio. Entre os destaques aprovados, estão o reajuste salarial de 6%, o abono no mesmo percentual nos meses de março, abril e maio, a antecipação de 50% do 13º salário em novembro e o restante em dezembro, bem como o compromisso das entidades com a criação de uma comissão para estudos sobre a remuneração do trabalho docente na inclusão escolar e o uso dos meios telemáticos.

A proposta para acordo, negociada pelo Sinpro/RS com o Sinepe/RS, para a renovação da CCT da educação básica foi aprovada no dia 20 de maio, com o reajuste salarial de 5,47% retroativo a março. Neste ano haverá, ainda, um ganho real que eleva o percentual

de reajuste final, que poderá variar entre 6% e 6,87%, dependendo do nível de ensino e da diferença entre os valores pagos aos professores da educação infantil/anos iniciais do ensino fundamental e o valor da hora-aula dos anos finais do ensino fundamental.

**EDUCAÇÃO INFANTIL** – Os professores que atuam em escolas exclusivas de educação infantil aprovaram a proposta, negociada entre Sinpro/RS e Sindeedin, de reajuste salarial de 6,3%, retroativo à data-base dessa categoria (1º de maio). “Foi uma negociação importante pois conseguimos atualizar algumas cláusulas, garantir a reposição do INPC do período, entre outros destaques, além da garantia dos direitos das professoras da educação infantil”, destaca Margot Andras, diretora do Sindicato. Ela explica que o reajuste salarial de 2023 contempla perdas de anos anteriores, o que resulta no percentual aplicado acima da inflação do período.

**IDIOMAS** – No dia 4 de maio, os professores das escolas de idiomas aprovaram a proposta negociada com o Sindiomias (sindicato patronal), com reajuste salarial de 5% para as escolas que pagam o piso salarial. Nas instituições que pagam acima do piso, o reajuste foi de 4,36%.

# Aelbra leva Medicina a leilão e coloca ativos à venda

Na primeira quinzena de junho, foram publicados os editais que objetivam o leilão do curso de Medicina da Ulbra e a venda de imóveis da instituição. Tanto o leilão quanto a venda ocorrem no âmbito da Recuperação Judicial (RJ) da Aelbra.

De acordo com o escritório Brizola e Japur, indicado pelo juiz da

Recuperação Judicial da Aelbra para fazer a Administração Judicial do processo da RJ, ainda não existe data para o leilão da Ulbra Medicina S/A (Umesa). Os interessados tiveram até o dia 28 de junho para se habilitar.

O lance inicial pelo curso de Medicina será de R\$ 700 milhões. Trata-se, portanto, do maior ativo

da instituição.

Os imóveis serão vendidos para pagamento dos credores trabalhistas por meio das UPIs Imóveis. Ficam à venda todos os imóveis de propriedade da Aelbra em todo o Brasil.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo nomeou a FTI Consulting para atuar como

promotor da venda dos imóveis. Essa empresa estima, a partir de avaliações feitas em 2021, que o pacote de ativos imobiliários possa atingir cerca R\$ 1,3 bilhão.

Os valores constam no Plano de Alienação de Ativos – PRJ Substitutivo, no qual estão indicados os valores individuais para cada imóvel.

## Aberto o prazo para aderir ao PDV e PDI

No dia 6 de junho, a Assembleia de Professores da Ulbra aprovou, com 86,1% dos votos, a proposta para Acordo Coletivo que define duas alternativas de demissões: o Plano de Demissões Voluntárias (PDV) e o Plano de Demissões Incentivadas (PDI). O prazo para a manifestação dos professores já está aberto.

A proposta partiu da Aelbra e foi negociada com Sinpro/RS, Sintae/RS e Sintepe Vales para contemplar professores da Ulbra,

funcionários técnicos e administrativos.

A formalização do Acordo foi concluída no dia 21, mesma data em que o Sindicato realizou uma reunião com os professores para esclarecimentos de dúvidas sobre os direitos de quem pretende aderir.

A proposta partiu do interesse da Aelbra em reduzir o corpo docente da Ulbra a partir da iniciativa dos professores interessados no desligamento.

A instituição tentou negociar, no início do ano letivo, uma redução salarial de 30%, que foi rechaçada pelos sindicatos e pelas categorias. Diante da alegada necessidade da Universidade em diminuir os custos com salários, chegou-se na negociação do acordo para as demissões.

“No processo de negociação, foram definidas duas alternativas para o desligamento dos professores e funcionários interessados. Uma delas é a via do comum acor-

do (PDI) e a outra, a do despedimento por iniciativa do empregador (PDV)”, explica Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

“A posição do Sindicato não é de estímulo à adesão a planos de demissão, mas também não se opõe à existência dos mesmos, face as circunstâncias de redução de alunos. Estamos dando total assistência aos professores e negociamos com o empregador a garantia de todos os direitos dos docentes”, completa Fuhr.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



## À espera da aposentadoria... quase um milagre

O processo de aposentadoria, nos últimos anos, em especial depois do desmantelamento gradual das funções sociais pelos últimos governos, não só na Previdência, mas também na assistência social, degradação e parcial destruição do sistema de saúde, além dos desmanches na fiscalização ambiental, culmina com a desagregação e proteção ao trabalho em decorrência das reformas advindas no âmbito social, por óbvio restritivas.

Essa situação chegou ao ápice quando o Ministério Público Federal (MPF), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Supremo Tribunal Federal (STF) fecharam ajustamento de conduta para que a Previdência analisasse e finalizasse os pedidos de aposentadoria em 90 dias. A Lei impunha 45 dias.

Entretanto, isso não quer dizer que haja, por parte do INSS, o cumprimento da medida. Não raro, processos se arrastam por tempos longos, quando não ultrapassam um ano, senão mais, cujo calvário se amplia nos recursos para Junta e Conselho de recursos da Previdência.

Além do mais, a cada nova instrução normativa, o INSS também tem restringido a contagem de períodos laborados em atividades especiais. Exemplos significativos são os professores do ensino fundamental, médio e superior que atuam em laboratórios ou manuseiam agentes infectocontagiosos, envolvendo áreas como química, biologia, saúde, mecânica, entre tantos outros.

A demora exagerada pelo INSS em analisar, conceder ou indeferir os benefícios tem sido constantemente submetida à apreciação do Poder Judiciário Federal, tendo, em sua maioria, convergido para a concessão de ordens ao INSS para analisar o processo dentro do prazo acordado com os agentes públicos.

É importante que se diga que essa ordem não manda o INSS conceder o benefício. Mas, pasmem, manda somente analisar o processo e, quando devido, abrir exigências e determinar instruções ou complementação documental.

Ultrapassadas todas essas questões e havida a concessão das aposentadorias, advindo o milagre tão esperado, é importante verificar, na data da concessão, se o benefício foi concedido corretamente, pois, como já dialogamos por aqui, professores com dupla atividade não têm os valores dos salários somados, e sua renda, em regra, é inferior ao valor devido.

Além disso, a contagem de tempo de atividades expostas a agentes agressivos, não raro, é negada pelo INSS, reduzindo o tempo e, por consequência, os percentuais da aposentadoria. Entre outras omissões, sistematicamente o INSS não computa os períodos de recebimento de auxílio-doença como tempo e carência ou deixa de somar auxílio-acidente aos valores da aposentadoria, eis que aquele benefício é inacumulável com eventual aposentadoria concedida.

Nunca é demais lembrar que há regra que impossibilita ao segurado acessar eventual revisão da renda quando o benefício já ultrapassou os 10 anos de seu primeiro pagamento. É importante, mesmo que ainda esteja em atividade, proceder a uma análise mais acurada do benefício concedido para verificar eventuais erros, vícios ou ilegalidades para a perfeita adequação do benefício concedido, seja no tempo de contribuição, seja no próprio valor correto do salário de contribuição, pois este reflexo incidirá em todo o período de percepção da prestação mensal, assim como com reflexos futuros em eventual pensão.

# Sessões solenes marcaram os 85 anos do Sinpro/RS

Diversos eventos realizados durante os meses de maio e junho marcaram as comemorações dos 85 anos do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS). Foram sessões solenes, homenagens e apresentações musicais em todo o estado, especialmente pensadas para a efeméride, celebrada em 21 de maio. Fundado em 1938, o Sinpro/RS é um dos mais antigos sindicatos do estado e do setor educacional no Brasil.

Em Porto Alegre, no dia 13 de maio, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) promoveu o concerto *Clarinete Virtuoso* em homenagem à entidade. A apresentação contou com a regência de Catherine Larsen-Maguire, do Reino Unido, e com o solo do clarinetista português Sérgio Pires.

Além do concerto, foram programados shows especiais no interior do estado, nos meses de junho e julho, com os artistas Luciano Leães Trio, 50 Tons de Pretas e Duo Metapiano. As apresentações fazem parte do projeto Ecarta Musical, da Fundação Ecarta, instituição mantida pelo Sinpro/RS, em uma edição comemorativa ao aniversário do Sindicato.

**SESSÕES SOLENES** – Na capital e em diversas cidades do interior do RS, foram realizadas sessões solenes nas Câmaras de Vereadores de Pelotas, Vacaria, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Bagé, Bento Gonçalves e outros sete municípios. As homenagens contaram com a presença de diretores do Sindicato, que fizeram uso da tribuna para assinalar os 85 anos do Sinpro/RS. Já no dia 24 de maio, as comemorações foram pauta do Grande Expediente da Assembleia Legislativa do RS.



Grande Expediente na Assembleia Legislativa do RS



Show de Luciano Leães Trio em Novo Hamburgo

## Passivo trabalhista da São Judas Tadeu é de quase R\$ 30 milhões

A assembleia geral de credores do processo de recuperação judicial da Instituição Educacional São Judas Tadeu, que deveria ocorrer no dia 21 de junho, foi suspensa por falta de quórum. Mais da metade dos credores não compareceu. Assim, a assembleia que deverá deliberar sobre a forma de pagamento das dívidas da instituição com os diversos grupos de credores será reinstalada no dia 6 de julho, às 10h, independentemente da quantidade de credores presentes.

O passivo trabalhista da instituição é de quase R\$ 30 milhões.

O pedido de recuperação judicial da Instituição Educacional São Judas Tadeu, mantenedora da escola de educação básica e da Faculdade São Judas, foi apresentado em junho de 2022 à 1ª Vara Regional e Empresarial de Porto Alegre. Em março deste ano, o pedido foi negado pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJRS). A desembargadora Isabel Dias Almeida, relatora do caso,

concluiu que, por ser constituída em forma de associação civil, a São Judas não poderia se valer do instituto da recuperação judicial.

A decisão, no entanto, foi suspensa no dia 11 de maio pela desembargadora e terceira vice-presidente do TJRS, Lizete Sebben, ao conceder efeito suspensivo à decisão da 5ª Câmara, assegurando o prosseguimento da RJ.

De acordo com o advogado Wagner Machado, que representa a instituição, o passivo trabalhista da São Judas, conforme a última atualização do administrador judicial, é de R\$ 29.312.124,70.

“O plano de recuperação judicial ainda segue em construção, e a tendência é de que seja apresentada uma nova versão com previsão de venda de ativos e pagamento em até um ano.” O Plano de Recuperação Judicial prevê a alienação e venda de patrimônio e da escola de educação básica para pagar os credores.

**INVIABILIDADE** – O Sindicato realizou assembleia de professores em junho para deliberar sobre a Recuperação Judicial, atrasos salariais e falta de repasses de FGTS e IRPF. De acordo com o diretor do Sinpro/RS Amarildo Cenci, os professores que integram os credores da São Judas na RJ consideram que a proposta da instituição é insuficiente e não atende aos interesses dos trabalhadores.

“Estamos muito preocupados, porque a proposta que a instituição fez e irá consolidar na assembleia não atende aos interesses dos professores. Para conseguir a RJ, a São Judas precisa definir como irá pagar o que deve e como irá se manter ativa de forma sustentável”, ressalta. O dirigente lembra que a empresa vem descumprindo reiteradamente os acordos firmados com os professores relativos a irregularidades no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) há mais de dez anos.



Colégio e Faculdade São Judas Tadeu, de Porto Alegre, estão em recuperação judicial

# Nem tudo é alegria na educação infantil, alerta campanha do Sinpro/RS

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) lança campanha para chamar a atenção da sociedade gaúcha sobre as contradições entre as aparências de um mundo colorido, de fantasia e de sonhos, utilizado tanto nos nomes das escolas de educação infantil, quanto na decoração de suas paredes e no marketing, com a dura realidade vivida pelas professoras que atuam em escolas de educação infantil exclusiva.

A ação foi construída a partir das crescentes denúncias e relatos de maus-tratos e adoecimento dos docentes desse nível de ensino, somados a uma questão histórica da categoria, que é a baixa remuneração.

“Trata-se de uma campanha de alerta”, explica Cecília Farias, diretora do Sindicato. “O primeiro contato com a escola para a maioria das pessoas se dá na educação infantil, primeira etapa da educação básica, e se o professor dessa fase não for reconhecido e valorizado, as coisas já começam mal.”

A campanha, apresentada publicamente no dia 7 de julho, em evento em Porto Alegre para autoridades, integrantes dos conselhos estadual e municipais, representantes de entidades ligadas à educação e professores, se utiliza de relatos reais de professoras que foram vítimas de assédio moral, pressão excessiva e até mesmo humilhações por parte das proprietárias das escolas.

As denúncias foram recebidas pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP) do Sinpro/RS.

“As professoras são tratadas com desrespeito, desconsideração e, por vezes, até com agressividade. A sensação que elas têm, e que a gente acaba tendo, é que a dona da escola – que é como são chamadas, quando deveriam ser diretoras – se sente com o direito de fazer a gestão de uma forma desrespeitosa”, observa Cecília.

Segundo a sindicalista, a remuneração da educação infantil é muito menor do que nos demais níveis de ensino. “É importantíssimo que se denunciem as condições precárias e de baixos salários que essas profissionais enfrentam nas escolas de educação infantil.”

Ela é enfática ao distinguir que “esse quadro diz respeito às escolas que trabalham exclusivamente com educação infantil”.

Um dos enfoques da campanha é que “a educação não começa bem quando as professoras da educação infantil ganham mal e são desrespeitadas”, diz o publicitário Fernando Waschburger, da D3 Comunicação, agência que desenvolveu as peças publicitárias. “A ideia é mostrar que nem tudo é alegria nas escolas de educação infantil”, define o publicitário.

A campanha será veiculada em rádios e nos veículos de comunicação do Sinpro/RS, além de contar com distribuição de materiais informativos para a população.



## Plataforma Digital Somos Sinpro/RS

### Saúde em movimento!

Consciente de que um dos mais importantes vetores do bem-estar e qualidade de vida é a prática regular de exercícios físicos, o Sinpro/RS, em parceria com a Pace Consultoria Esportiva, oferece aos seus associados e dependentes uma plataforma digital com o objetivo de engajar a todos mediante orientações e conduções estruturadas.

### Oportunizar para mudar

Através de sua conexão virtual, a plataforma proporciona, acima de tudo, praticidade e sustentabilidade, pois é possível acessar e praticar com facilidade os diversos vídeos de atividades, tais como pilates solo, Yoga, treinamento físico funcional, ativação corporal, planilhas de caminhada e corrida, receitas saudáveis e outras informações.

### Profissionais comprometidos

Contamos com uma equipe de profissionais de áreas como nutrição, educação física, psicologia, fonoaudiologia, e de outras especialidades no contexto do esporte e movimento, que estão envolvidos para ampliar a gama de informações e incentivar as mudanças positivas no estilo de vida de cada um.

### Onde você estiver

A SOMOS está disponível sempre que se quer, está presente o tempo todo e não somente é a melhor forma de estimular hábitos saudáveis, como também é uma excelente maneira de demonstrar aos seus associados e dependentes o quanto o Sindicato pensa, cuida e quer que todos tenhamos cada vez mais qualidade de vida.

### O Sinpro/RS oferece gratuitamente para você e seus dependentes:

Aulas on-line em tempo real através do Facebook do Sinpro/RS às terças, das 18h30min às 19h, e aos sábados, das 9h às 9h30min. Basta acessar o Facebook e praticar com um profissional de educação física.

SOMOS – plataforma digital. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes [www.somos.pacevida.com.br/sinproRS](http://www.somos.pacevida.com.br/sinproRS)



Campanha traz depoimentos reais em vídeo de agressões a professoras

# O impacto das redes no mercado das artes

por Fernanda Simoneto e Sílvia Lisboa

*Para muitos artistas, o Instagram se tornou uma espécie de galeria informal e permitiu o impulsionamento de suas carreiras. Mas as redes também podem se tornar um sumidouro de energia quando não há o reconhecimento da produção artística para além do ambiente virtual*



Tainan vê as redes como uma grande galeria virtual, que encurta distâncias para os artistas

**N**as ruas estreitas de um bairro do subúrbio carioca, uma barricada montada pela polícia vira objeto de arte. Sacos que outrora armazenavam areia para fazer cimento compõem a paisagem. As lonas, que já cumpriram a função de proteger as casas ou os comércios, dão forma a telas com as cores encontradas por Tainan Cabral, 32 anos.

Morador de Senador Camará, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, o artista transformou as paisagens do subúrbio carioca em objetos de arte. A "realidade

pitoresca", muitas vezes interrompida pela violência, é o ponto de partida de tudo que Tainan produz. "Faço trabalhos que partem de uma pesquisa de cores e de formas, que têm muito a ver com o lugar onde eu moro, que tem uma certa criatividade no ar que eu chamo de criatividade popular", conceitua.

O carioca, que iniciou sua carreira no grafite, não tinha a arte como sustento até o começo de 2020. Ele fazia bicos como motoboy e camelô, mas, no começo da pandemia, decidiu concentrar

todas as energias na arte que produzia, a qual compartilhava no Instagram desde 2015.

Em um ano, seu trabalho foi encontrado na rede social por ninguém menos que Adriana Varejão. A artista brasileira de renome internacional conheceu o trabalho de Tai, como é conhecido, em 2021. "A Adriana comprou um trabalho meu através de um leilão na internet. Eu nem esperava isso. Acho que bastou para as pessoas conhecerem meu trabalho", reflete ele, dois anos depois daquele dia que impulsionaria de vez a carrei-

ra do artista. Hoje, ele se dedica exclusivamente à pintura.

O Instagram serviu para Tainan Cabral como um encurtador de distâncias. De Senador Camará até o centro do Rio, onde ficam as principais galerias e exposições de arte do estado, são 40 quilômetros. Essa distância dificultava a entrada do artista no circuito da arte. "Era uma questão geográfica", explica. "As galerias estão concentradas no Centro e na Zona Sul. Para conhecerem meu trabalho, eu preciso estar lá, e eu não moro lá", deduz.

## Experiência malsucedida

Nem sempre os *likes* das redes sociais garantirão a senha para entrar e permanecer no circuito da indústria artística, como ocorreu com Tainan Cabral.

O caso emblemático que se tornou público foi o do atual vocalis-

ta da banda Barão Vermelho, Rodrigo Suricato. O músico decidiu encerrar sua carreira solo depois de considerar que havia virado mais um produtor de conteúdo para as redes do que um músico, movido pela necessidade de usar

as plataformas a fim de promover seu trabalho.

Em abril de 2023, cerca de cinco meses depois do lançamento, em dezembro, do álbum solo *Marshmallow Flor de Sal*, Rodrigo anunciou, também pelo Insta-

gram, que estava desistindo da banda Suricato.

"Amigos, tô desistindo da Suricato", escreveu em nota divulgada no seu Instagram pessoal. "Confesso que 80% do meu tempo é trabalhando uma onipresença digital

publicitária e questões que nada têm a ver com a atividade que eu escolhi (...) Portanto, se essa atividade me desestabiliza emocionalmente (a maior parte das vezes), então eu já mudei de emprego faz tempo e não sabia”, ironiza.

Rodrigo entrou para o circuito pop da música em 2014, quando chegou à final do programa *Superstar*, *reality* musical da Rede Globo. Antes disso, integrou a banda de figuras importantes do país, como Zélia Duncan e Ana Carolina.

Em 2015, depois de sair do programa como segundo colocado,

a Suricato ganhou um Grammy Latino de melhor álbum de rock brasileiro.

Mas nesse ano, o músico decidiu dar um ponto final na sua carreira solo (ele segue como vocalista da Barão Vermelho). Sua carreira, como ele mesmo resumiu, ficou restrita a postar nas redes, pressionado por manter uma onipresença digital autêntica: em vez de reduzir distâncias, as redes foram um sumidouro de energia e talento, que pode ter prejudicado o reconhecimento pelo trabalho solo de 2023. “(Estou) desligan-

Foto: Instagram – Reprodução



Suricato desistiu da carreira solo devido à demanda de conteúdo para alavancar o projeto na web

do os motores da minha relação atual com a música. Ela não é saudável. Não aconteceu nada.

Simplesmente não há assentos disponíveis para a música que faço. E tudo bem”, completou.

## As redes como suporte para expressão e fruição da arte

As redes sociais tiveram um impacto profundo e ainda não totalmente compreendido na arte. Apesar das experiências negativas – que não são isoladas –, esse ambiente virtual funciona como suporte para a

expressão artística e, também, exerce uma importante mediação para a exposição de trabalhos e conexão de novos contatos, como no caso de Tainan Cabral. E impacta, ainda, na fruição de uma obra artística.

“O ambiente digital se tornou uma importante ferramenta para circulação da produção artística em termos da divulgação dos artistas. É um espaço muito propício de descoberta e trocas. A produção

artística também tem assimilado e está incorporando as tecnologias e o digital na própria poética dos trabalhos em si”, observa Bruna Fetter, professora e pesquisadora do Instituto de Artes da Ufrgs.

## Pesquisa e galeria digital

No caso de Tai, a internet serviu, primeiro, como fonte de pesquisa e, depois, como uma galeria digital que deu visibilidade à sua obra. Nascido na década de 1990, o carioca cresceu junto com a expansão da web. Foi através de blogs de outros países que ele se aproximou do grafite, onde viu que seu hobby podia ser conside-

rado arte. “Eu conheci movimentos que nem estavam acontecendo aqui no Brasil ainda”, conta. “Comecei a ler blogs da Alemanha e de outros lugares da Europa que falavam de grafite, de ilustração, e ligavam tudo isso ao skate”, relata o artista visual, lembrando que este é seu outro hobby.

Quando começou a vender

suas peças pela internet, ele fazia tudo: fotografava as obras, publicava, monitorava o retorno, tirava eventuais dúvidas dos clientes e negociava os valores. Hoje, dois anos depois do dia em que Adriana Varejão comprou uma obra sua, essa função é exercida por uma galeria. O crescimento impulsionado pela presença digital

permitiu que o artista se concentrasse integralmente no processo de criação. “O máximo de tempo que eu puder ter para criar, melhor”, conclui.

A trajetória de Tainan também revela que, apesar das mudanças profundas exercidas pelos meios digitais, o sistema da arte ainda opera sobre bases bem tradicionais.

## Consagração e legitimação

“O sistema se utiliza das redes para conhecer novos artistas, mas a rede em si não é um sistema de consagração e legitimação”, explica Bruna Fetter, que é coautora do livro *As novas regras do jogo: sistema da arte no Brasil* (Ed. Zouk, 144p. 2014). “Na arte, o sistema de consagração ainda é composto por um conjunto de

agentes individuais institucionais, responsável por definir o que é arte em determinada sociedade”, completa.

O colecionador de arte André Stock, doutor em Filosofia, concorda. Ele enxerga o Instagram como um espaço de troca e de experiência, porém não vê a rede social como substituta da vida real. “O

Instagram não decide nada”, diz. Stock reconhece o papel democratizador que pode ser desempenhado pelas redes sociais, mas destaca a importância dos curadores e das galerias, que fazem parte do sistema de consagração.

Na música, são os críticos e produtores; na literatura, as revistas especializadas, por exemplo.

As premiações e os concursos valem para todas as manifestações artísticas.

“O sistema da arte não é imune à sociedade. Ele está o tempo inteiro em diálogo com ela, se modificando, seja pelos embates tecnológicos, econômicos, sociais ou políticos”, analisa a pesquisadora.

**Crie o seu futuro com o Família Previdência!**  
Um plano para você e seus familiares.  
**Ingresse agora!**  
[www.familiaprevidencia.com.br](http://www.familiaprevidencia.com.br)

FAMÍLIA PREVIDÊNCIA  
Você precisa. Seu futuro merece.

INSTITUIDOR  
**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



## Coletânea de poemas marca os 90 anos de Armindo Trevisan

por José Weis

“É melhor ler muito e escrever pouco, não escrever livro nenhum a escrever um livro que não suscite dúvidas, alguma emoção, algum amor”, afirma Armindo Trevisan.

A convicção é de quem viveu para poder falar sobre a escrita. São nove décadas vividas entre a poesia, o ensino, os amigos e a família. O professor e poeta Armindo Trevisan faz aniversário em setembro, mas as celebrações e reverências pelos seus 90 anos já começaram.

Para quem já ensinou muito sobre arte a tantos, escreveu poesias e ensaios que iluminam e fez da palavra o seu ofício, nada mais justo que seu aniversário seja comemorado com um evento literário, com direito a poemas inéditos, entre outras surpresas.

Companhias são o que não lhe faltam. Na sua trajetória, o autor foi colecionando amizades e parcerias que resultaram em lindos projetos. Por exemplo, foi ele quem selecionou os poemas para antologias de Mario Quintana e também para outro amigo, Xico Stockinger. Também, escreveu um texto no livro *A Matéria Encantada*, de Luiz Eduardo Achutti, que aborda a última obra do escultor gaúcho.

Com sua estética rigorosa, Armindo foi orientador de muitos jovens artistas em uma carreira dedicada ao ensino da História da Arte e Estética na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), de 1973 a 1986. Dessa experiência, ele resalta as trocas e os aprendizados.

“O magistério universitário deu-me oportunidade para aprender com

os alunos, tanto quanto com outros mestres fora da universidade. Considero que, sem os alunos, tanto no Instituto de Artes como na Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, não teria escrito meus ensaios de literatura e meus ensaios sobre História da Arte, especialmente o *Rosto de Cristo* (AGE, 2003) e *Uma Viagem Através da Idade Média* (AGE, 2014). Muitos de meus alunos são hoje artistas reconhecidos”, elenca.

Trevisan adianta nesta entrevista ao *Extra Classe* que está em fase de produção o livro *Meus Melhores Poemas*, a ser lançado em julho pela Editora Bestiário, por ocasião dos seus 90 anos, e relata sua relação com a arte.

“Não me lembro como descobri a Arte. Suponho que foi nos ritos da Igreja Católica, vendo as casulas dos sacerdotes, as imagens em seus nichos com pequenos pedestais e, como na igreja de minha Paróquia, em Santa Maria, havia vitrais. Eu me encantava com as figuras de santos representadas, cada uma com seus símbolos, todas com cores muito vivas”, recorda.

Ele cita Simões Lopes Neto e os clássicos da história da arte entre as suas influências.

“Depois, naturalmente, vieram as ilustrações nos livros e revistas. Em relação à poesia, sempre fui, como Simões Lopes Neto, um admirador dos textos litúrgicos, entre os quais a *Salve Rainha*, que o grande regionalista dizia ser a mais bela oração composta pelos homens. Mais tarde, ao fazer meu doutorado em Filosofia, na Suíça, descobri os museus”, conta.

Segundo ele, esse contato com obras dos grandes mestres nos museus do Velho Mundo representou uma virada de página em relação à sua percepção sobre as artes.

“Bem, depois de ver Giotto, Duccio, Leonardo, Michelangelo, Rem-

## Carreira literária

Nascido em Santa Maria, em 6 de setembro de 1933, Trevisan iniciou uma carreira literária bem-sucedida já a partir do seu primeiro livro, *A Surpresa de Ser*, de 1967.

Pelo conjunto da sua obra, que reúne cerca de 30 livros de poesia, ensaios e traduções, foi agraciado inúmeras vezes. Como obra inédita, esse primeiro livro ganhou o Prêmio Nacional de Poesia Gonçalves Dias, da União Brasileira de Escritores, em 1964.

Entre os membros da comissão julgadora desse prêmio, estavam ninguém menos que Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo.

O poeta e escritor gaúcho também ganhou o Prêmio Nacional de Brasília para poesia inédita do original *O Abajur de Píndaro*, em 1972, e o Prêmio Aplub de Literatura pela obra *A Dança do Fogo*, em 1997. Em

## O que vem por aí

A antologia inédita *Meus Melhores Poemas* (Bestiário, 340p.) contém poemas selecionados de outras duas antologias, de 1986 e de 2021, e traz 115 poemas inéditos compostos nos últimos quatro anos, além de outros 10 poemas da coletânea *Adega Imaginária*.

No prefácio, o autor reflete: “A inspiração pode ser considerada uma vontade íntima, e incontornável, de comunicar, por meio da linguagem, determinados estados de alma. Nos grandes poetas, ela é algo maior: uma

brandt, Caravaggio, Picasso, Matisse, Rodin, Brancusi, dezenas de outros gênios... é melhor ficar silencioso. A arte é linguagem e a linguagem é o maior dom que a Natureza – pseudônimo para alguns de Deus, no qual creio – concedeu aos mortais”, conceitua.

2001, foi patrono da 47ª Feira do Livro de Porto Alegre.

“Aos 90 anos, percebo que ainda sou aprendiz de poeta e aprendiz de ensaísta. Obviamente, não é em vão que a gente envelhece. Dizem que o vinho velho é melhor que o vinho novo. Ou seja, é preciso afastar-se um pouco do suco de uva para chegar à excelência de um vinho varietal. O mesmo acontece na vida e na arte. Minha poesia atual, em breve, a Editora Bestiário, do Roberto Schmitt-Prym, vai lançar *Meus Melhores Poemas*. Convido os leitores a tomarem conhecimento de meus poemas inéditos, compostos depois que desabou sobre nós a pandemia. São 115 poemas novos. Gostaria que as pessoas vissem as mudanças que se operaram em mim”, revela.

A poesia, afirma, “embora não seja ‘raciocinadora’, é intuitiva. Seus insights são um convite ao coração para segui-lo, até onde ele é capaz de ir”.

vontade de comunicar uma visão de mundo intelectual e emotiva. Existem tantos estados de almas quanto os corações humanos. Há estados de prazer e desprazer, de encanto e desencanto, de alegria e tristeza, de esperança e desesperança. Possuir, porém, uma *Weltanschauung* (visão de mundo) é privilégio dos gênios, uma vez que pressupõe singular amadurecimento pessoal, excepcional riqueza cultural, e incomparável poder de expressão”.

Confira a seguir dois poemas inéditos que compõem a antologia.

**Em todo amor palpita uma chama**  
Em todo amor palpita uma chama,  
que se assemelha em tudo a uma língua.  
Mas a língua do fogo é silenciosa.  
Tão silenciosa que, para escutá-la,  
impõe-se que se veja ali um rosto,  
e, nele, como que delineado,  
o rubro esplendor do coração.  
Porém, no coração jamais tocamos  
os frutos que produzem os seus ramos,  
que são os sentimentos e emoções.  
Ninguém, ao contemplar os passarinhos,  
descobre onde ficam os seus ninhos,  
nem os vazios que levam em seus voos.  
Também o amor oculta no seu seio,  
o inumerável de seus pormenores.  
Melhor é ouvir a voz da própria vida  
que, às vezes, cala, e outras vezes diz  
o que na intimidade é experiência.  
Não só experiência, mas mistério,  
que cresce como um grão dentro da terra,  
e estando em plena treva, é feliz.

**A longa viagem**  
(À memória de David Coimbra)  
Amigo,  
fomos te ver  
no Hospital.  
Ali... As despedidas  
dispensam as mãos  
e os lenços.  
Beijos  
ao pé dos leitos  
são beija-flores  
que desconhecem  
as flores que sugam.  
Não quiseste te despedir  
de nenhum de nós.  
Deste teu braço  
ao silêncio  
e, com ele, saíste a caminhar  
para uma longa viagem.  
Uma viagem tão longa  
que te perdemos de vista!



**Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.**

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em: [sinprors.org.br/saude](http://sinprors.org.br/saude) | 051 4009.2930 | [convenios@sinprors.org.br](mailto:convenios@sinprors.org.br)

Unimed  CCC  Farmácia  UNIODONTO  sinprosaúde  SINPRO/RS  Sindicato Cidades



FRAGA

# Tragédias

*Para esse aventureso projeto turístico, o Centrão idealizou e construiu o Trintão, o submersível que vai fundo na exploração dos cofres públicos*

Muito antes da tragédia do Titan, o Centrão se inspirou nas aventuras da OceanGate oferecidas a bilionários entediados com suas gastanças no espaço ou na superfície da Terra.

A ideia do Centrão e seus pilhardários (políticos dedicados à pilhagem do erário): levar ricos brasileiros às profundezas da realidade nacional para ver os destroços da população de baixa renda.

Para esse aventureso projeto turístico, o Centrão idealizou e construiu o Trintão, o submersível que vai fundo na exploração dos cofres públicos.

(O nome da embarcação foi inspirado nos trinta dinheiros de Judas. O aumentativo deve-se à correção monetária para valores atuais. Judas, como todos sabem, é o padroeiro dos traidores da nação, aqueles que legislam em causa própria.)

A diferença entre o Titan e Trintão é de tamanho: enquanto o Titan leva apenas cinco passageiros, o Trintão tem capacidade para milhares de endinheirados. E ao contrário do Titan, a bordo do Trintão não faltam o espaço, o conforto e os prazeres que os afortunados gozam aqui em cima.

Acontece que, enquanto o povo já se acostumou a viver sob pressão no fundo do poço, a elite nacional tem dificuldade em imaginar o que seja passar sufoco. Por isso o Centrão sempre se apressa para votar contra quaisquer projetos que afetem a brisa da classe dominante ou que pretendem

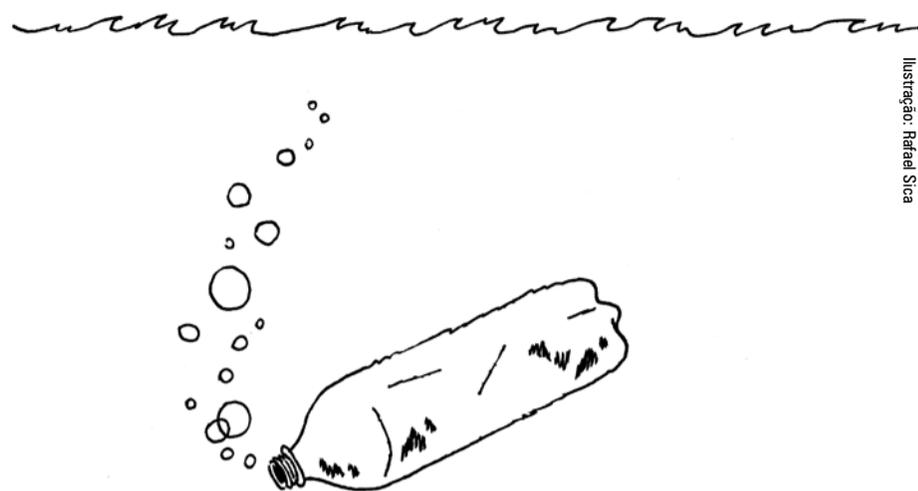


Ilustração: Rafael Sica

diminuir a profundidade do abismo social em que vivem nossos miseráveis.

Daí, na mais recente viagem aos antigos escombros dos naufragados econômicos do país, o susto que passaram os privilegiados a bordo do Trintão. É que enquanto a embarcação descia, o PIB subia. Pouco, é verdade: nem borbulhas do animador índice foram vistas nas escotilhas.

Mas bastou esse resultado positivo para disparar o alarme no mercado, que faz parte da engrenagem dos motores do Trintão. Com o PIB em alta, certamente alguns pobres viriam à tona respirar. Impensável ascensão. Vai que algum esfomeado arranhasse o casco do submersível e provocasse alguma rachadura? Que horror!

Por alguns dias, o Trintão ficou desaparecido lá embaixo, sem comunicação alguma. Mas a mobilização do Centrão logo atraiu recursos pro resgate. Assim, com os lastros financeiros recuperados, o Trintão retornou ao suportável nível do mar de felicidade.

No fim, ao contrário da tragédia do Titan, o desastre nacional que o Centrão promove não ganha nem manchetes da nossa mídia. E ao que tudo indica, o Centrão, essa poluição ética em nossas democráticas águas, levará centenas de anos para se decompor.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





VERISSIMO

\*Republicação.

# Entrega em domicílio

*Como as pessoas não saem à noite e ninguém mais vai jantar na casa de ninguém, há uma cooperativa que se prontifica a mandar os próprios teleboys como convidados a jantares finos*



Ilustração: Edgar Vasques

**N**ão sei quando será, mas não deve demorar. O lugar? Qualquer grande cidade brasileira. Noite. É cedo, mas não se vêem carros nas ruas nem gente nas calçadas. Só o que se vê são motociclistas. Suas motocicletas têm caixas atrás, para carregar os pedidos. São entregadores. Motoboys. Teleboys. Eles se cruzam nas ruas vazias, em disparada. Como os carros não saem mais à noite, e os motociclistas não os respeitam mesmo, os faróis semafóricos não funcionam. O amarelo fica piscando a noite inteira, e nos cruzamentos a preferência é dos entregadores mais corajosos. Há várias batidas e pelo menos um morto por noite. Mas o número de motociclistas nas ruas não pára de crescer.

A população não sai mais de casa. Tudo é pedido pelo telefone. Os restaurantes despediram seus garçons e trocaram por motoboys. Telegarçons. Se você quiser um jantar fino à luz de velas, com vários pratos, sobremesa e vinho, existem serviços de entrega para tudo. Um entrega os pratos finos. Outro a sobremesa. Outro os vinhos. Outro a toalha de linho, os talheres e as flores. E já há um televelas.

Como as pessoas não saem à noite e ninguém mais vai jantar na casa de ninguém, há uma cooperativa que se prontifica a mandar os próprios teleboys como convidados a jantares finos. A telenós. Você especifica o tipo de conversa que quer à mesa – mais ou menos intelectual, divertida, safada, política, variada, etc. – e na hora marcada chegam os telecomensais, no número e com o traje que você quiser. Eles comem, conversam, elogiam os anfitriões e vão embora ou, por um adicional, limpam a cozinha.

Como a sociedade passou a depender deles para tudo, é natural

que comece a haver distorções criminosas no mundo da entrega em domicílio e teleboys se aproveitem do seu poder para aterrorizar a população. Você abre a porta para o entregador de pizza com a mussarela pequena que pediu e de repente se vê acossado por um bando de dez, cada um com uma caixa de supercalabresa que você é obrigado a pagar, e ainda dar gorjeta. Não adianta você telefonar para a polícia. A polícia também não sai mais na rua. Existe um serviço de telessocorro que fornece ajuda para policial, mas eles não agem contra teleboys. O corporativismo da classe é forte.

Os motoboys dominam a noite da cidade e desenvolveram uma cultura própria. Têm seu folclore, seus mitos, seus heróis. Como *Fast Boy* Menezes, que entrega sorvete na mão em qualquer ponto da cidade e você não paga pela parte que derreter. Ou Jorge (*Armário*) Freitas, que adaptou sua moto para carregar qualquer coisa, bateu o próprio recorde entregando um piano de cauda numa recepção improvisada – com o banquinho e o pianista – e morreu numa freada brusca, esmagado pela jacuzzi portátil que levava para uma festa gay.

Os motoboys terão o monopólio da aventura urbana, pois nem os táxis sairão à noite, já que ninguém mais irá a parte alguma. E com o aumento do número de motoboys e da competição entre eles, aumentarão os casos de pirataria, com motoboys sendo obrigados a entregar sua encomenda e o endereço do destinatário a motoboys clandestinos, que percorrerão as ruas da cidade em bandos selvagens, roubando dos motoboys mais fracos.

Não sei quando será, mas não deve demorar.

# Contribuir com o Sinpro/RS pesa no seu orçamento? Compare com o peso deste patrimônio de direitos na sua vida.



Com a contribuição dos professores e das professoras, o Sinpro/RS tem a estrutura necessária para atender aos docentes de todos os níveis de ensino no RS.

São sete Convenções Coletivas de Trabalho e também diversos Acordos, com inúmeras cláusulas negociadas que, além de garantirem melhores condições de trabalho, têm impacto econômico direto no seu salário.

A sua participação na sustentação financeira do Sindicato é a única forma de mantermos esse trabalho com eficiência, comprovada nos 85 anos de história do Sinpro/RS.



**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão